



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DE 2021 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA REALIZADA A VINTE E SEIS DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E UM

Acta nº 1/2021

Aprovada em 30/06/2021

No dia vinte e seis de Março de dois mil e vinte e um teve lugar **1ª sessão ordinária de 2021**, realizada na **Antiga Igreja do Convento São Francisco**, com a seguinte ordem de trabalhos:

I – ABERTURA

Informações do Presidente da Assembleia

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenções dos Deputados Municipais

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Intervenção do Presidente da Câmara

- Grupos Políticos

2. “*Estratégia Municipal de Saúde*” - Apresentação do Perfil Municipal de Saúde – *para conhecimento* – <https://www.cm-coimbra.pt/areas/viver/saude/estrategia-municipal-de-saude>
3. Mapa de Fluxos de Caixa de 2020 e incorporação do Saldo de Gerência de 2020 no Orçamento da Câmara Municipal de 2021- *votação*;
4. Revisão ao Orçamento de 2021 nº 1 (Modificação aos Documentos Previsionais nº 2/2021) da Câmara Municipal de Coimbra de 2021, *votação*;
5. Proposta de 1ª alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Coimbra- *votação*;
6. Mapa de Fluxos de Caixa de 2020 e incorporação do Saldo de Gerência de 2020 no Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra de 2021-*votação*;
7. 1ª Revisão ao Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes de Coimbra de 2021- *votação*;
8. Proposta de aprovação do “Pacto de Cidade- consenso político relativo à Candidatura Coimbra Capital Europeia da Cultura de 2027” – *votação*;
9. Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na União das Freguesias de Trouxemil e Torre de Vilela para o quadriénio de 2017 a 2021- alteração ao valor das obras - *votação*;
10. Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na União das Freguesias de Assafarge e Antanhol para o quadriénio de 2017 a 2021 - alteração ao valor das obras-*votação*;
11. 2ª Retificação da Declaração de Utilidade Pública - Zona 2 do processo de expropriação das parcelas necessárias à obra de construção do “Parque Tecnológico -2ªFase” - *votação*;
12. Designação de um Arquitecto pela Assembleia Municipal para integrar o júri do” Prémio Municipal de Arquitectura Diogo Castilho – Edição 2020/2021” - <http://www.cm-coimbra.pt/wp-content/uploads/2017/04/29.%20Edital%2019.2017.pdf> – *votação*;
13. Designação do Revisor Oficial de Contas da Câmara Municipal de Coimbra e Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (Concurso limitado por prévia qualificação nº 1/2020-Aquisição de Serviços de Auditoria Externa e de Revisão Legal de Contas) - *votação*;
14. Projecto da Acta nº4/2020 de 09/10/2020 – *votação*.

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Grupo Municipal Partido Socialista (PS):

Eleitos directos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Luís Marinho, Ferreira da Silva, Hernâni Caniço, Vítor Parola, Rosa Isabel, Luís Silva, António Correia, Ângela Correia, Juvenal Sousa, Rui Claro, Isabel Garcia e José Dias.

Presidentes de Junta de Freguesia: Bruno Fonseca, Arménio Ferraz, Fernando Santos, Joaquim Pereira, José Salgado, Paulo Cardoso, Diamantino Jorge, Andreia Vilas, Manuel Costa, Victor Duarte e Horácio Costa.

Grupo Municipal (PPD/PSD):

Eleitos directos

Nuno Freitas, Francisco Rodeiro, Carolina Patrício, Manuela Oliveira e Júlio Gaudêncio.

Presidentes de Junta de Freguesia: Francisco Andrade, António Teodoro, José Simão e João Campos.

Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):

Eleitos directos

Manuel Rocha, João Ângelo, Filipa Malva e Victor Carvalho.

Presidentes de Juntas de Freguesia: António Lopes e Jorge Mendes.

Grupo Municipal Somos Coimbra (SC):

Eleitos directos

José Albino, João Aldeia, Nunes da Silva, João Orvalho, Lúcia Ferraz

Presidente de Junta de Freguesia: Rui Soares.

Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP):

Eleitos directos

Helena Mendes, Lúcia Santos e Ana Martins.

Grupo Municipal “Cidadãos por Coimbra” (CpC):

Eleitos directos

Graça Simões e Clara Lourenço.

Deputado Municipal do PPM

António Cabral Oliveira

Deputado Municipal do MPT

Rui Campos

Presenças da Câmara Municipal

Além do Presidente da Câmara Manuel Machado e do Vice-Presidente Carlos Cidade, estiveram presentes os Vereadores, Regina Bento, Tiago Estevão, Madalena Abreu, Paula Pêgo, José Silva, Ana Silva, Francisco Queirós.

Mesa:

Presidiu a sessão o Presidente da Assembleia Municipal Luís Marinho que foi secretariado por Francisco Andrade, como Primeiro Secretário e Victor Carvalho, como Segundo Secretário.

O Presidente da Assembleia iniciou a sessão quando eram catorze horas.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento nos termos do artigo 13º e do nº 1 do artigo 145º do Regimento da Assembleia Municipal – Mandato 2013-2017, revisto e aprovado em Sessão Ordinária de 29 de Abril de 2015 e, nos termos da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, dos pedidos de suspensão de mandato nos termos do artigo 78º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Grupo Municipal Partido Socialista (PS):

Deputada municipal **Isabel Vargues**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **José Dias**.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deputado municipal **António Coelho**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Bruno Fonseca**.

Deputado municipal **Fernando Abel**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Andreia Vilas**.

Deputado municipal **Jorge Veloso**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Victor Duarte**

Deputado municipal **João Marques**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Arménio Ferraz**.

Grupo Municipal (PPD/PSD):

Deputada municipal **Paula Alves**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **João Parreira**.

Deputado municipal **João Parreira**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Júlio Gaudêncio**.

Deputado municipal **Rui Marques**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Manuela Oliveira**.

Grupo Municipal CDS-PP:

Deputado municipal Pedro Filipe, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Tiago Mariz**.

Deputado municipal **Tiago Mariz**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Ana Martins**.

Grupo Municipal “Cidadãos por Coimbra” (CpC):

Deputado municipal **Serafim Duarte**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Clara Lourenço**.

Todas as substituições foram efectuadas nos termos do nº 1, artigo 79º, da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, bem como nos termos do artigo 13º e, do nº 1, do artigo 145º, do Regimento da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão informando estarem abertas as inscrições para o “*Período de Antes da Ordem do Dia*”.

I – ABERTURA

Informações do Presidente da Assembleia:

O Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão informando estarem abertas as inscrições para o “*Período de Antes da Ordem do Dia*”.

- Instou aos Deputados Municipais para que tomassem os seus lugares de forma a dar início formal à sessão;
- Verificou a existência de quórum e constatou que estavam reunidas as condições mínimas, bem como as exigências sanitárias em vigor, pelo que declarou formalmente aberta a sessão;
- Submeteu à apreciação da Assembleia a “*Ordem de Trabalhos*”, consequentemente, aprovada por *unanimidade*;
- Divulgou a Recomendação ao Executivo, apresentada pelo *Grupo Político Somos Coimbra*, sobre a adesão do Município de Coimbra ao “*Programa Municípios Zero Resíduos*”;
- Informou que todos os deputados municipais tinham na sua posse um exemplar fornecido pela Câmara Municipal com os pressupostos do “*Perfil Municipal de Saúde*”. Honrou a Câmara Municipal pelo trato à Assembleia Municipal, pela comunicação e pelo documento à disposição “*para além do conteúdo e da clareza, até de uma estética, que dá vontade de começar imediatamente a ler*”;
- Pediu que fossem cumpridos os tempos destinados a cada um dos Grupo Político de forma que a sessão ocorresse em tempo regimental.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenções dos Deputados Municipais

Intervenção do deputado municipal Nunes da Silva (SC): [\(áudio 10:01 a 16:39 minutos - 1ª gravação\)](#)

Apresentou e esclareceu a:

Recomendação ao Executivo

Adesão ao “Programa Municípios Zero Resíduos”

O excelente estudo relativo ao Perfil Municipal de Saúde do concelho de Coimbra, evidenciou que o município de Coimbra envia para serem depositados em aterro 29,9% dos resíduos sólidos urbanos produzidos no concelho, muito acima dos municípios de Lisboa e Porto, com 7,6% e 3,3%, respetivamente, embora estes últimos valores se devam ao forte recurso à incineração.

Porém, também o valor percentual apresentado pelo município de Coimbra quanto à reciclagem de resíduos, 13,8%, sendo superior à média do Continente (12,5%), fica aquém das percentagens atingidas por Lisboa e Porto (17,0% e 16,5%, respetivamente).

- *Considerando o Programa Zero Waste Cities Europe [<https://zerowastecities.eu/>], apoiado pelo Programa LIFE da União Europeia, dedicado a ajudar cidades e comunidades na transição para o conceito de “lixo zero” em aterro, sem recurso à incineração, promove mudanças infraestruturais na gestão de resíduos locais, Considerando que o Programa Zero Waste Europe insta a que os resíduos do lixo sejam constantemente estudados em instalações de triagem para que programas e projetos contínuos de redução possam ser implementados e os produtos não recuperáveis possam ser repensados ou removidos do mercado;*
- *Considerando a definição de Zero Waste conforme adotada pela Zero Waste International Alliance (2019) [<https://zwia.org/zero-waste-community-certification>] “O desperdício zero é a conservação de todos os recursos por meio da produção, consumo, reaproveitamento e recuperação responsável de produtos, embalagens e materiais, sem incineração e sem deposição na terra, água ou ar que ameace o meio ambiente ou a saúde humana.”;*
- *Considerando que para o objectivo de “Lixo Zero em Aterro” existe financiamento europeu através do programa Life;*
- *Considerando que, para além dos benefícios para o ambiente, a estratégia do “lixo zero” estimula a economia circular;*

A Assembleia Municipal de Coimbra, reunida no dia 26 de Março de 2021, recomenda ao executivo camarário:

- ***Que adira ao “Programa Municípios Zero Resíduos” [<https://zero.org/projetos/estratégias-zero-resíduos>], subscreva os seus princípios e adopte as medidas necessárias para se aproximar e, se possível, cumprir este importante objectivo, um passo essencial para a sustentabilidade da vida humana no planeta.***
- *Definiu os quase 8 anos de “governança Socialista, usando apenas duas palavras: Demagogia e perder”. Aludiu a “promessas irrealizáveis para captar votos” e a menções reiteradas ao “Palácio da Justiça, Penitenciária, criação de emprego, mais indústria, etc, etc, etc” e reflectiu: “Palavras ocas, demagogia, apenas parola”;*
- *Advertiu que o Executivo “não pode pensar apenas no seu mandato” e se, de facto, era uma preocupação premente “o futuro da Autarquia, é fundamental sentar-se à mesma mesa com as forças vivas do Município”. Apelidou de “crucial importância “os consensos alargados para planear e definir as linhas estratégicas em áreas como a educação, saúde, políticas de emprego e habitação, mobilidade, turismo, comércio, indústria, modernização dos serviços camarários e outros;*
- *Acusou o Partido Socialista de não “ouvir seriamente os outros”. Apontou falta de “humildade e visão ao Partido Socialista”, afirmando que Coimbra tinha perdido habitantes, anos após ano, para Condeixa, Montemor-o-Velho, Cantanhede, Lousã, para todos os concelhos limítrofes. Ao invés, Aveiro, Viseu, Covilhã e Leria tinham sabido adaptar-se às novas realidades. Tinham evoluído, criado emprego, tinham modernizado as suas universidades;*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- afirmou que Coimbra tinha perdido importância tanto a nível nacional como internacional e que não se podia confundir *“necessidades autárquicas com ideologias políticas. Há que lutar apenas e só pelo interesse dos munícipes”*. Acrescentou que o Partido Socialista de Coimbra não tinha sido *“exigente e incómodo junto do poder central”*;
- Comprometeu-se, da parte do Somos Coimbra, a *“reanimar Coimbra”*. Distanciou-se de *“promessas utópicas”* e intentou *“incomodar quem esteja no Terreiro do Paço (...), tornar este Município e esta cidade modernos, vivos e pujantes.”*

Intervenção da deputada municipal Graça Simões (CpC): (áudio 17:24 a 23:50 minutos - 1ª gravação)

- Sobre a Recomendação, apresentada pelo Grupo Político do Somos Coimbra disse *“é evidente que não temos nada a opor”*. O CpC, já várias vezes e em vários âmbitos, tinha apresentado sugestões naquele sentido. No entanto, não lhes parecia que a adesão a programas e fundos europeus resolvesse *“por si a grave e grande questão dos resíduos”*. Antes de tudo, parecia-lhes fundamental saber mais sobre a situação no Concelho, nomeadamente, sobre a *“vida útil”* do Aterro na Unidade de Tratamento de Vil de Matos: *“sabemos que é limitada, que preocupa o Conselho de Administração, mas sobre o que se estuda e perspectiva nada sabemos e deveríamos saber”*. Por isso, propunham que na próxima Sessão da Assembleia lhes fossem facultados dados, com toda a transparência, para que pudessem analisar o problema e avançar soluções;
- Quanto ao caso *“Portela”* ou *“Campo de Golf”*, como circulava na comunicação e redes sociais, afirmou que era o *“último e melhor indicador da falta de transparência, de seriedade e de competência desta gestão camarária”*. Não iriam centrar-se, para já, no uso a dar ao espaço. Iam, sim, centrar-se no processo e no *“resultado absolutamente catastrófico, que pode e deve ser comprovado por todos”*. Não se tratava de uma questão de classe, de ideologia, ou de opinião: *“Qualquer um que ali se desloque e observe, compreenderá a veemência desta nossa intervenção. Quem ainda lá não foi nesta sala, deve fazê-lo sem demora”*;
- Questionando primeiramente, *“como pode um investimento daqueles aparecer do nada, sem qualquer escrutínio democrático, dos órgãos representativos ou dos cidadãos?”* Não estava nas GOP, não estava concretizado em qualquer projecto na mesa do Presidente da Câmara, como tinha declarado. Não estava explícito, como era obrigatório, em qualquer placa de informação pública no local. *“Está explícita, sim, a responsabilidade da Câmara apenas na maquinaria e nos funcionários que se têm visto, desde há meses, no local, a orientar, a executar um evidente crime ambiental”* Portanto, antes de quererem saber do uso a dar ao espaço, tinham o direito de saber de quem eram os terrenos, quais eram privados, quais eram públicos. Tinha o direito de saber quem tinha autorizado e mandado, e pagava aquela intervenção. *“E em nome de quê? Ninguém se atreva a invocar a limpeza, porque o que ali aconteceu foi uma destruição calada e brutal de toda a vegetação.”* Tinham sobrado uma laranjeira, 3 sobreiros e 2 cedros, incluindo toda a vegetação que segurava as margens, agora com terras e areias suspensas em taludes de cerca de 3 metros, a esbarrar para o rio, todos os dias. As árvores derrubadas, incluindo grandes choupos, que faziam barreira e retenção das correntes, estavam acumulados no rio, *“deixados ali para ajudar nos estragos”*.
- Prosseguiu com a seguinte questão *“Então, mas qualquer intervenção daquela amplitude e natureza, nas margens de um rio, não precisava da intervenção da instituição tutelar dedicada? A APA também está neste conluio secreto para lhes tirar o rio?”*. E avançou: *“Ninguém se iluda, o que ali está feito é mesmo um crime e exige responsabilidades”*. (...) *“era acima de tudo um caso de polícia e de justiça, porque o mal dificilmente podia ser reparado”*;
- Relativamente ao uso, disse que o que tinham, mesmo em frente, era uma urbanização com cerca de 2000 fogos, com prédios uns em cima dos outros. Não atentou na competência que tinha deixado fazer assim, sem espaços de lazer, sem arborização. *“De facto, ali em frente, havia todo um espaço que prometia, que chamava, por limpeza, por acessos, por hortas, jardins, parques infantis, desportivos, circuitos de manutenção, circuitos de contemplação. Agora, empurram-se as pessoas para a estrada, para que andem e corram junto com os automóveis e até que se sentem, pois ali foram colocados bancos, virados para a estrada, de costas para o rio e para este espaço que foi agora terraplanado”*. Apelidou de *“afrontas descaradas quando se faz gala de um Plano para combate às alterações climáticas, quando*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

se espalhavam cartazes de Coimbra, Cidade Sustentável, quando se queria Coimbra, Capital Europeia da Cultura". Inferiu que aquela intervenção era um *selo de profunda falta de cultura*, em todos os parâmetros presentemente consensuais;

- Dirigiu-se ao Presidente da Câmara, requerendo respostas concretas sobre: *"Qual o despacho que tinha ordenado aquela intervenção? Quais os artigos matriciais abrangidos e quais os seus proprietários? A que se destinavam os vários acessos à margem do rio, que estavam a ser abertos a partir da rotunda da Portela e da IC3? Estavam acauteladas as autorizações para aquelas ligações, tendo em conta as necessárias garantias de segurança? Quem assumia a responsabilidade pelos danos de erosão das margens e provocados a jusante, quer pelas areias, quer pela enorme quantidade de troncos e ramos atirados para o rio? Dentro de quantos dias seria apresentado um plano de contingência para minimizar os danos provocados? Conter as terras, rearborizar as margens, limpar o rio?"*
- Terminou perguntando se o Presidente da Câmara confirmava que tinha havido conversações com a Federação Portuguesa de Golfe e com a Sociedade da Quinta das Lágrimas e qual o conteúdo daquelas conversações.

Intervenção da deputada municipal Filipa Malva (CDU): [\(áudio 24:21 a 26:02 minutos - 1ª gravação\)](#)

- Informou terem tido conhecimento que o Executivo tinha aprovado, na sua reunião de 22 de Fevereiro, a aplicação do *"Suplemento de Penosidade e Insalubridade"* apenas para os trabalhadores do sector da higiene e cemitério. Na mesma reunião, o Presidente Manuel Machado tinha deixado clara a intenção de, até Abril, atribuir aquele suplemento aos trabalhadores dos jardins, canil e piscinas. Era convicção da CDU que *"podiam e deviam ser abrangidos"*. Registaram a intenção com agrado, ainda que tardia. Também tardia parecia ser a intenção da retribuição, processada a partir da data de aprovação em reunião do Executivo. A ser aquele o entendimento, tal não lhes parecia conforme a intenção do legislador que tinha definido, por sua vez, o mês de Janeiro de 2021 como início do reconhecimento formal do direito ao suplemento remuneratório fundamentado na penosidade e insalubridade, condições pré-existentes e não nascidas do acto legislativo. Ou seja, se o direito tinha sido consagrado numa certa data, no caso, Janeiro de 2021, não parecia adequado restringi-lo e não o reconhecer desde aquela mesma data. Uma interpretação contrária levaria, *"por um absurdo que só academicamente se coloca"*, que eventualmente, tal direito fosse sucessivamente adiado por via do atraso das decisões administrativas de uma qualquer entidade;
- Terminou afirmando que consideravam ser justo o reconhecimento daquele suplemento a todos os trabalhadores em questão, como justo seria que a sua retribuição acontecesse desde a entrada em vigor da lei que o tinha instaurado. O que esperavam que viesse a acontecer.

Intervenção do deputado municipal Vítor Parola (PS): [\(áudio 26:38 a 35:18 minutos - 1ª gravação\)](#)

- Informou que o que o levava a intervir era a questão da saúde, *mas não posso deixar de registar que, este púlpito não pode servir para tudo*", pois era assim que se despreciava a democracia e as pessoas que exerciam a política. *"Ouvi aqui falar em seriedade"* nas palavras da Deputada Municipal Graça Simões que, tentando, legitimamente, responsabilizar a Câmara Municipal, tinha propalado *"seriedade"*. *"O Dr. Manuel Machado já presidiu aos destinos da Câmara Municipal de Coimbra, quando saiu, que se saiba, nada lhe foi conhecido do ponto de vista de seriedade, voltou, noutra reencarnação e que se saiba, até agora, nada foi conhecido do ponto de vista da seriedade quer a ele, quer à sua equipa."* Apontou como sendo verdade era que antes e durante se tinham levantado outras questões, de outras forças políticas que ainda estavam a ser dirimidas em tribunal. Acautelou a aplicação das palavras e inferiu *"na política não vale tudo"*;
- No âmbito da Saúde declarou: *"Dr. António Arnaut, meu querido Amigo, onde quer que esteja, eternamente grato, em nome de todos os portugueses. Sem SNS quantos mais tinham morrido"*. Prosseguiu explicando que, depois de ter sido montado o maior dispositivo COVID-19 de todo o SNS, com 500 camas alocadas ao combate à pandemia, o CHUC estava em fase de desativação progressiva e de devolução das unidades às suas funções originais. O aumento inesperado de doentes com Covid e com necessidade de internamento manifestaram a inexigibilidade do Hospital Geral que, no seu limite técnico e humano, rapidamente alargou o plano de contingência ao Polo HUC e, no espaço de 2 semanas, tinham sido convertidas 9 unidades de internamento do polo HUC, para internar doentes com Covid 19,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- com taxas de ocupação de 100%. Dos 484 doentes que tinham sido internados no CHUC, cerca de 280, estavam internados no Polo HUC, o que os levava a concluir, que as diversas sinergias dos Pólos que compunham o CHUC, tinham sido a alavanca para o êxito. Face aos novos números, Coimbra era exemplo de como se trabalhava bem em equipa, em Saúde, a nível nacional. Não obstante o evidente alívio da pressão sobre a estrutura hospitalar, registavam-se ainda 35 doentes internados, 5 dos quais em cuidados intensivos. A alocação de um conjunto tão significativo de recursos coincidiu com a paragem de toda a actividade cirúrgica no Pólo Hospital Geral, com a redução de 6 salas de operações no Bloco Operatório Central do Pólo HUC, com a mobilização de um enorme contingente de profissionais para as unidades COVID do Hospital Geral e dos HUC. Na terceira e quarta vagas tinha havido mais doentes internados nos HUC do que no Hospital Geral, repercutindo-se num forte impacto na atividade normal de prestação de cuidados de saúde. Comparando o período homólogo de Janeiro de 2020 com Janeiro de 2021, verificava-se uma redução de actividade da ordem dos 20%, sendo aquela redução mais sensível na actividade cirúrgica e Meios Completares de Diagnostico não urgentes. Mesmo no período mais crítico da pandemia, em Janeiro e Fevereiro do corrente ano, nunca o CHUC tinha deixado de procurar, por todos os meios ao seu alcance, manter o mais alto nível de resposta possível às necessidades das populações que servia e para as quais era a sua principal referência na Região Centro. A utilização do bloco operatório do Hospital Pediátrico para intervenções cirúrgicas de adultos; a utilização do bloco operatório do serviço de medicina da reprodução para cirurgia de ambulatório de ginecologia; o arrendamento de instalações privadas como o caso da Clínica de Montes Claros ou o protocolo de utilização de estruturas públicas, como o Hospital de Cantanhede, para manter a actividade cirúrgica só foram possíveis “*graças à dedicação, empenho e compromisso dos fantásticos profissionais de saúde do CHUC nos diversos Pólos, pois são eles os verdadeiros heróis*”. Actualmente, já estava a ser retomada a normalidade, aproveitando a janela de oportunidade que a redução dos números permitia, mas sempre com a preocupação de ter de reverter processos. A actividade cirúrgica estava em franca recuperação e tinha sido possível desativar as estruturas do Bloco Operatório, Recobro e Unidade de Cirurgia do Ambulatório do Hospital Geral que, até então, tinham estado alocadas a cuidados intensivos;
- No Hospital Geral dos Covões as consultas externas registavam um movimento extraordinário com a ocupação plena de todos os gabinetes de consulta e as provas ventilatórias e o próprio Hospital de Dia de Pneumologia regressariam, em breve, às suas instalações. A cardiologia já tinha retomado a actividade para doentes electivos, com a UCIC a apoiar a necessidade de pernoita de alguns doentes. No dia 29 de Março tinham início as obras em duas das enfermarias para instalação da reabilitação cardiorrespiratória, um projeto pioneiro em Portugal, multidisciplinar e inovador, envolvendo os serviços de cardiologia, pneumologia e Medicina Física e de Reabilitação. O projecto, uma necessidade na era pré-Covid, tinha-se tornado premente em virtude das sequelas da infeção por SARS-Cov-2. Ia ser lançado o concurso para reabilitação das unidades de internamento destinadas a outro projeto inovador em Portugal - a UNIESA - Unidade de Envelhecimento Saudável e Ativo e Orto geriatria. Ambos os projectos alavancariam uma iniciativa conjunta do CHUC e da Universidade de Coimbra, bem como do Laboratório Colaborativo em Envelhecimento (CoLab). Projecto que acabava de ser aprovado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, com a nota máxima, imprimindo uma forte componente de investigação clínica dos problemas multifatoriais do envelhecimento no Hospital Geral. A cirurgia geral e a ortopedia, na vertente de cirurgia electiva e de cirurgia de ambulatório, teriam uma presença crescente e intensa no Hospital Geral, a par do regresso de valências como a gastroenterologia. Para a qual estava em curso um investimento em equipamento para endoscopia digestiva alta e colonoscopia. Em suma, a actividade no CHUC estava a ser retomada de forma consistente e utilizando todos os instrumentos possíveis para mobilização das equipas, desde logo, o recurso à actividade adicional fora dos horários normais de trabalho para rentabilização das equipas e das estruturas;
 - Terminou advertindo que as próximas fases do desconfinamento se concretizassem de forma responsável e prudente, com celeridade dos processos de vacinação, para que não tivessem que recuar para “*períodos de noite escura como os que se viveram recentemente*”.

Intervenção do deputado municipal Francisco Rodeiro (PSD): [\(áudio 36:04 a 45:55 minutos - 1ª gravação\)](#)

- afirmou que o Serviço Nacional de Saúde, cujos profissionais se tinham excedido em competência e generosidade, não estava preparado para absorver uma “*avalanche de internamentos*” por Covid-19 e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- para, simultaneamente, dar conta de outras doenças e enfermidades. Prosseguiu questionando” *mas quem ou que Sistema Nacional de Saúde estariam preparados para enfrentar, com total sucesso, uma pandemia que, para a nossa geração, e, seguramente, para outras, vai deixar, sem qualquer dúvida, um rasto de destruição e amargura, mas também de esperança e de confiança na vacinação em massa?”*
- Imputou confiança ao Executivo Municipal liderado pelo Partido Socialista, reflectindo que” *o que lhe sobra em confiança e esperteza, escasseia-lhe em pudor e sentido de oportunidade e de justiça”. Concretizou referindo-se” à panóplia de obras de intervenção “na área do município. E avançou que “o Partido Socialista não soube ou não quis fazer antes, quer realizá-lo até Setembro de 2021, na viva convicção de que os eleitores de Coimbra não recordam o nada ou pouco que foi feito, mas fixavam, no momento do voto, o muito que se quer fazer no último ano do mandato”;*
 - Remeteu para algumas zonas do Município, com particular incidência, nas zonas urbanas, para que se constatasse que Coimbra tinha sido convertida num “autêntico estaleiro de obras de requalificação” de passeios, de ruas e avenidas, praças e pracetas, becos e terreiros,” *num frenesim que causava perturbações graves na fluidez do trânsito e sérios prejuízos aos coimbricenses”. Algumas das obras “no estado de excepção em que o país estava mergulhado, revestem-se de um carácter voluptuário, que pode elevar a autoestima do Executivo Socialista, mas que afrontam a fome, a miséria mais degradante, o sentimento de exclusão em que muitas famílias, mesmo em Coimbra, estão mergulhadas”, sem posses para a aquisição de bens de primeira necessidade, de medicamentos, de meios para assumirem os seus compromissos, nomeadamente, em matéria de contratos de arrendamento;*
 - Denunciou, na Assembleia Municipal, “o lado despudorado e falho de sentido de oportunidade e justiça do comportamento, algo azevieiro, da maioria socialista e comunista na Câmara de Coimbra, naqueles tempos exigentes de outras prioridades”;
 - Referiu a “renúncia forçada de um vereador socialista. Acrescentando que a Assembleia Municipal não constituía sede própria para a abordagem do assunto, rematou com consagrada máxima do actual primeiro-ministro: “à justiça o que é da justiça, à política o que é da política”. Aludiu a uma entrevista da Senhora Ministra da Justiça ao jornal “Público”, a propósito das vacinas e daqueles que indevidamente as tomaram deduzindo que “era bem capaz de afirmar a pés juntos que não seria muito fácil fazer a avaliação do comportamento do Ex-Vereador do ponto de vista criminal”;
 - Abordou a questão do ponto de vista político, assistido, enquanto membro daquela Assembleia Municipal, do direito de exercer fiscalização sobre a actividade da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados, segundo ditavam o Regime Jurídico das Assembleias Municipais e o Regimento da Assembleia Municipal de Coimbra. Nesse âmbito “são irreparáveis os estragos na reputação do Executivo Municipal, de maioria socialista e comunista”. As suspeitas ou os indícios de favorecimento, com recurso a dinheiro de todos, dos contribuintes, em negócios, contratos ou prestação de serviços, com intervenção de sociedade, *fosse ela por quotas fosse sob o figurino de Sociedade Anónima, onde pontificam familiares muito próximos de quem decidia a adjudicação, constituíam uma mancha oleosa que, no seu percurso sinuoso, encrespava não apenas os responsáveis”* directamente envolvidos na ou nas deliberações do Conselho de Administração dos SMTUC, mas, a montante, quem lhes tinha outorgado os poderes, no quadro das suas competências, para o exercício do cargo. Concretizou “*outros membros do Conselho de Administração dos SMTUC, os quais, sendo pessoas estimáveis, tinham actuado por fragorosa omissão, ao não terem assumido uma vigilância e um dever de cuidado que a situação requeria e que o exercício do cargo manifestamente impunha.*” Apontou aos demais Vereadores “*a falta de rigor no controlo dos elementos de informação respeitantes à sociedade concorrente, a displicência com que tinham subscrito as actas, depositando confiança ilimitada no titular máximo do Conselho de Administração, com violação clara de alguns princípios consignados no Código de Conduta do Município de Coimbra”;*
 - Politicamente falando classificou de “grave, muito grave” e atalhou “*ainda que se furem à responsabilidade, acobertando-se com a clâmide do desconhecimento, os Vereadores Regina Bento e Francisco Queiroz, no plano estritamente político, não tinham como fugir às suas responsabilidades, bastando, aliás, a consulta, por exemplo, das actas do Conselho de Administração dos SMTUC nº 37, de 03/07/2018 e nº 113, de 11/09/2019.* Atentou sobre o quadro de competências do Presidente, Dr. Manuel Machado, nomeadamente, o poder de distribuição das competências ou pelouros aos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Vereadores, “*coonestando, até demonstração em contrário, o comportamento daqueles. A chamada culpa “in eligendo” podia, politicamente falando, pagar-se caro, como parece ser manifestamente o caso*”.

Intervenção do deputado municipal José Dias (PS): [\(áudio 46:50 a 51:13 minutos - 1ª gravação\)](#)

- Informou que tinham a obrigação, enquanto representantes eleitos, de pensar em todas as gerações de cidadãos mesmo nas vindouras. Aquela mentalidade era particularmente importante no âmbito das alterações climáticas, fenómeno sem fronteiras e dependente da acção conjunta de cada cidadão, cada representante político e de cada país, constituindo o maior problema do tempo de vida que teriam necessariamente de resolver;
- O Município de Coimbra tinha compreendido aquela adversidade, sendo um dos principais temas que tinha colocado na agenda durante aquele mandato autárquico. Elencou a esse propósito o desassoreamento do leito do Rio Mondego; a reabilitação energética do edificado municipal dos bairros; a construção da ciclovía que ligava Coimbra B ao Vale das Flores e à Portela num percurso de 20km, e, em breve, de quase 50km; a aquisição de 24 novos autocarros 100% elétricos para reforçar a frota dos SMTUC e, com o relançamento da Ecovia mais 5 autocarros, evitando a entrada diária de centenas de carros no centro da cidade. Mencionou, ainda, o Plano de Arborização para a cidade em execução, como incentivo à produção de energia fotovoltaica para autoconsumo ou mesmo a implementação de medidas para a desmaterialização de processos administrativos;
- Contudo, uma das iniciativas mais estruturantes tinha nascido precisamente durante aquela semana, num esforço de um ano de trabalho de planeamento: o “*Programa Municipal para as Alterações Climáticas*”, coordenado pelo Dr. João Pardal, pioneiro a nível nacional e construído numa altura em que se debatia a “*Lei de Bases do Clima*” proposta pelo Partido Socialista na Assembleia da República merecedora de reconhecimento por parte da Associação Ambientalista Zero, enquanto proposta mais completa de entre todas aquelas que tinham sido apresentadas pelos diversos grupos políticos;
- Traçou como objectivo confluir a estratégia, em curso desde o início do mandato, num documento estratégico único para implementar medidas de mitigação e adaptação para o Município, bem como participar na meta europeia do “*Green Deal*” de, até 2030, reduzir 55% das emissões de gases com efeito de estufa;
- Manifestou receio com as repercussões no futuro “*não o escondemos: inquietava-nos a dimensão da perda de biodiversidade; aflige-nos a falta de água potável; desassossega-nos o progressivo degelo dos glaciares e calotes polares; aflige-nos o aparecimento de pandemias; agoniza-nos o aumento da temperatura. Mas, acima de tudo, atormenta-nos o efeito nas desigualdades sociais. (...) mais uma vez, serão os mais vulneráveis a pagar a factura de uma irresponsabilidade que é coletiva*”;
- Anunciou o contributo da Câmara Municipal de Coimbra para garantir um futuro sustentável e incumbiu cada um de participar activamente no processo de consulta pública daquele muito relevante documento;
- Lançou o repto aos jovens para que dissessem “*presente*” uma vez mais na construção do futuro do seu Município e, ao mesmo tempo, do seu planeta.

Intervenção do deputado municipal Rui Campos (MPT): [\(áudio 51:41 a 54:10 minutos - 1ª gravação\)](#)

- Assinalou, em nome do Movimento Partido da Terra, o dia 19 de Março: dia de “*Greve Climática Global*” em que um grupo de associações ambientalistas daquele Município tinha entregado ao Presidente da Assembleia Municipal uma petição por uma declaração de Emergência Climática no Concelho;
- Aquela iniciativa inseria-se numa série de protestos internacionais que tinham tido lugar em mais de 150 países, exigindo medidas decisivas para combater as alterações climáticas. Apontou como comumente sabido que se estava a chegar “*a um ponto de não retorno à primeira geração que sentia as consequências das mudanças climáticas, mas também a última que tem oportunidade de fazer algo para as deter*”;
- Face ao exposto, imputou a Coimbra uma postura de “*vamos ignorar o aquecimento global e jogar golfe no Rebolim, afinal é uma actividade refrescante!*”. Acusou a eliminação de vegetação ripícola da margem direita do Rio Mondego entre a Praia do Rebolim e a Ponte da Portela e inferiu “*é um crime*”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

ambiental” a destruição de todo o habitat e a exposição da margem do rio à erosão trariam, no futuro, consequências no reassoreamento do rio. Apontou a falta de estudos de impacto ambiental ou consulta pública, “*em nome de um suposto Campo de Golfe*”. Os campos de golfe contribuíam para a destruição da biodiversidade e exigiam irrigação abundante e quantidades massivas de pesticidas e herbicidas carcinogénicos em zonas limítrofes da estação de captação de águas da *Boavista*;

- Assim o Movimento Partido da Terra recomendou à Câmara Municipal de Coimbra que “*leve a sério*” a luta contra as alterações climáticas e a defesa do meio ambiente;
- Acautelou a resolução “*desta calamidade*” sugerindo o envolvimento da população de Coimbra e as suas forças vivas na discussão sobre o futuro daquele importante território e “*tapar o imenso buraco aberto por aquele Campo de Golfe. É preciso salvar o Planeta, começando, desde logo, pelo Município*”.

Intervenção do Presidente da Assembleia:

- Informou o Deputado Municipal Rui Campos que a Assembleia Municipal tinha recebido, na semana anterior, uma petição relacionada com a emergência climática. Tinha sido distribuída pelos Líderes dos Grupos Políticos e, posteriormente, seria feita a análise da mesma e a respectiva apreciação tornar-se-ia pública a todos os deputados municipais mais tarde.

Intervenção da deputada municipal Lúcia Santos (CDS): [\(áudio 55:18 a 57:25 minutos - 1ª gravação\)](#)

- Aludiu ao tempo da Quaresma e “*sem querer comparar o incomparável*”, disse que “*penitência é o que me sugerem os quase 8 anos de gestão socialista da nossa cidade*”. Prosseguiu explicando “*abstinência*” de transparência, de relevância no contexto regional, nacional e internacional, de iniciativa privada, de captação de investimento, de competência para criar emprego, de capacidade para atrair e fixar jovens, de políticas amigas da família. E concluiu “*abstinência de tudo ou de muito do que precisamos das políticas públicas municipais*”;
- afirmou “*são 8 anos perdidos que não recuperamos, mas que podemos compensar (...)* Não perdemos a capacidade de dizer basta, arregaçar as mangas e fazer mais e melhor e remeteu para “*Pentecostes que nos permite acreditar num futuro melhor depois de Outubro*”. Avançou como objectivos futuros ligar Coimbra a Viseu por autoestrada; concluir a ligação à Beira Interior por IC ou IP; concretizar o Metro de Superfície e restaurar a ligação ferroviária a Miranda do Corvo e Lousã; atrair e fixar indústria; captar investimento; garantir oportunidades aos jovens de Coimbra; igualar ou aproximar a oferta cultural de Porto e Lisboa; afirmar a região de Coimbra como área metropolitana e consolidar a sua liderança;
- Concluiu reiterando “*sem querer comparar o incomparável, acreditamos com uma fé inabalável na cidade e nas nossas gentes*”.

Intervenção do deputado municipal Juvenal Sousa (PS): [\(áudio 57:57 da 1ª gravação a 00:56 minutos - 2ª gravação\)](#)

- Remeteu para o programa eleitoral “*Valorizar Coimbra*” apresentado aos eleitores pelo Partido Socialista nas últimas eleições autárquicas, a Câmara Municipal de Coimbra tinha apresentado seis novos autocarros dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos, que iam servir as populações da zona norte do concelho, com a criação cinco novas linhas. O serviço público de transportes ia ser alargado às freguesias de Souselas, Botão, Brasfemes e reforçar-se-ia, ainda, as deslocações dos cidadãos das União de Freguesias de Eiras e São Paulo de Frades, Trouxemil e Torre de Vilela, uma “*velha aspiração*” das respectivas populações;
- Informou que o Presidente da Autarquia, Dr. Manuel Machado, na breve apresentação daquela iniciativa, tinha referido que aquela promessa se tinha convertido em realidade devido à valorização que, estrategicamente, tinham feito nos SMTUC nos últimos sete anos. Para alargar a rede de oferta tinha sido preciso contratar mais 60 motoristas e outros trabalhadores para as oficinas, para além da aquisição de mais de 80 autocarros, sublinhou. Disse ainda, que a estratégia da Câmara, sustentada pelos cofres municipais, tinha permitido alargar a oferta, em primeiro lugar, à zona sul e, posteriormente, à zona norte e, em breve, às freguesias da margem direita até ao limite do Concelho. Apreciou de “*inteira justiça que os SMTUC, com o enorme esforço que têm feito, continuem a chegar a mais localidades do concelho*”. Destacou a pretensão de chegar a mais locais, com mais horários, com melhor qualidade e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

conforto e com autocarros “*mais amigos do ambiente*”.” *Sabemos que muitas mais famílias de Coimbra vão poder, agora, aceder às tarifas sociais praticadas pela Câmara, o que significa menos despesa em transportes e isso enche-nos de felicidade*”;

- Lembrou, por fim, a “*Fábula da cigarra e da formiga*”, afirmando que “*enquanto a oposição ia fazendo o papel da cigarra, falam, falam e quando chega a altura votam contra, os eleitos pelo Partido Socialista preferem o papel da formiga, apresentar trabalho*”.

Intervenção do deputado municipal Hernâni Caniço (PS): [\(áudio 01:37 a 03:18 minutos - 2ª gravação\)](#)

- Com a aproximação do fim de mandato era legítimo fazer um ponto de situação “*de quem faz e não fala apenas (...) como se não houvesse eleições e a voz do povo fosse a de um povo sem voz, entregue a oradores que falavam como se já estivessem na cadeira do poder, tão apelativa quanto distorcida*”;
- De facto, fazer obra, “*não é apenas mudar o nome das pontes, criticar em simultâneo porque se fez e porque não se fez, aliciar elites sem promoção dos direitos humanos e da qualidade de vida para todas e para todos, substituir a ideologia de Abril por modelos de estrelas cadentes, e até desvalorizar moções ditas retóricas*”. As “*moções retóricas*” eram aprovadas na digna, representativa e deliberativa Assembleia Municipal de Coimbra, expressavam as atitudes concretas dos autarcas com correspondência com os sentimentos da população, com conteúdos de apoio aos decisores centrais sobre a mais adequada aplicação de competências “*e são uma forma de luta democrática, num regime democrático que não passa pela agressividade, pelo insulto, pelo tabefe ou porque diz que sim ou diz que não*” O Executivo Socialista tinha feito e estava a fazer obra, uma evidência ao olhar as margens do rio Mondego, as áreas pedonais, ciclovias, vias rodoviárias e acessos, criação de estruturas físicas em vários polos da cidade, para os parques intergeracionais nas freguesias, para o investimento em reabilitação e condições nutricionais nas escolas e na acção social escolar, para o apoio às famílias em situação de crise social e pandémica. Acrescentou, ainda, a plantação de árvores por todo o concelho, a plenitude do complexo do Convento de S. Francisco, a candidatura a “*Capital Europeia da Cultura*”, o desporto com apoio às colectividades cada vez com mais resultados e impacto nacional e a nova pista de tartan para atletismo, os transportes públicos servindo as populações variegadas, a habitação social com apoio da CDU;
- Falando em ciência afirmou que os Socialistas de Coimbra não dispensavam a criatividade, tendo proposto no “*Plano de Recuperação e Resiliência do Governo Português*”, a criação do “*Centro de Dados para a Ciência na Região Centro*” e de “*Centros Polivalentes de Formação Avançada*”;
- Concluiu que “*Coimbra é obra! Por palavras concisas e não por verborreia, por actos e não por internalização, por factos e não por conjecturas, por acção e não por estagnação, por obra produzida e não por chalacear, por fazer e não por escarnecer. Coimbra é obra, pelas pessoas, pela cidadania, pela qualidade de vida, pelo desenvolvimento inclusivo*”.

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 04:32 a 15:24 minutos - 2ª gravação\)](#)

- Abordou o desbatar das margens do Mondego, junto à Portela, em operações de grande envergadura, sem que se conhecessem as razões e deduziu que a limpeza de entulho não justificava a dimensão da intervenção que tinha removido parte do coberto vegetal.” *Eis senão quando um órgão de informação levantava a ponta do diáfano manto que encobria tal actividade consta que seria a localização ideal para um Campo de Golfe, ideia ventilada há mais de vinte anos*”. Apelou à “*necessária transparência*” dos actos e relatou que a questão tinha sido levantada pelo Vereador da CDU, em sede de Executivo Municipal, alertando” *esta opção seria, no mínimo, insensata*”, situando-se a montante da captação de água que abastecia a cidade, na estação da Boavista, a mesma seria afetada pelo elevado consumo de água e pela utilização intensiva de fertilizantes químicos, exigida por tais equipamentos;
- Disse que o titular do Pelouro do Urbanismo e do Desporto “*jura que aquela localização do Campo de Golfe não é novidade nenhuma e que a bem do interesse da aspiração de muitos conimbricenses que há décadas ansiavam pela construção de um Campo de Golfe*”. Denunciou reuniões com a Federação Portuguesa de Golfe e, “*com um conhecido empreendedor e comentador conimbricense, com interesses na restauração e no imobiliário, curiosamente, detentor, por interposta empresa, de um Campo de Golfe em zona turística privilegiada da cidade*”. Imputou a citação “*pôr um travão na ideia e diz que é prematuro falar da instalação de um Campo de Golfe ali*” ao Presidente do Executivo e avançou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

“deixou claro que não conhece nenhum pedido de informação prévia para a área sujeita a desbaste, nem conhecimento de interessados em Campo de Golfe e que vê a localização pretendida com apreensão, atento aos perigos sanitários”. Prossigui que, por seu lado, *“o protocandidato a Presidente da Câmara Municipal pelo PSD Coimbra apresentava a condicionante de “no mínimo, haja um estudo de impacto ambiental e uma análise de risco-benefício à sua localização”, o que obviou “é um obstáculo praticamente intransponível”*;

- Afirmou que continuava sem saber que razões justificavam a instalação de um novo Campo de Golfe em Coimbra, desde logo, porque pelas *“módicas quantias”* de entre 290 e 740€ anuais qualquer cidadão podia *“usufruir desta prática no que já existe, explorado pelo tal empreendedor”*. Lembrou a urgência de adjudicação da construção de um *“Complexo Desportivo Integrado”* e sua exploração com a contrapartida da cedência ao Município de um *“Centro Olímpico de Ginástica”*, votada numa primeira fase, em 2018, com a abrangência de apoios que *“agora se antevem e que tanto quanto se conhece tinham desaparecido do horizonte, depois de constar que o que era proposto nunca teria capacidade olímpica, apesar de, esta sim, ser uma real aspiração dos praticantes de ginástica de Coimbra”*;
- Mais disse que ainda que sem deputados diretamente eleitos pelo distrito de Coimbra, o PCP não esquecia a cidade e os interesses dos seus habitantes. No passado dia 10 de Março o PCP tinha feito entrega na Assembleia da República dois requerimentos dirigidos ao Ministério do Ambiente e Acção Climática questionando sobre as Matas de Vale de Canas e do Choupal, espaços relevantes para a saúde, lazer e recreio dos coimbricenses em geral e de quem visitava a cidade. O estado geral da Mata de Vale de Canas apresentava *“sinais preocupantes de abandono e deterioração”*. A Casa de Fogo tinha o telhado *“semidestruído”* e nunca tinha sido recuperado. As placas e painéis informativos estavam, em geral, danificadas, sem informação, restando apenas os suportes. Os mapas colocados, com o desenho e identificação da Mata, havia muito que tinham desaparecido, bem como a identificação de espécies, aves, répteis e outros, também ausentes ou ilegíveis. Não havia qualquer sinalética para localização e identificação da Árvore Monumental, a mais alta da Europa. O jardim de entrada da Mata de Vale de Canas estava também ao completo abandono, sem manutenção e, *“devia ser uma espécie de sala de visitas, mais parecia um matagal”*. A instalação de um *“jardim de plantas aromáticas”* não tinha tido qualquer manutenção, restavam os canteiros, umas pequenas placas de madeira em que os textos tinham desaparecido. Os caixotes para lixo estavam partidos e, também, sem aparente manutenção e recolha dos lixos. No Parque de Merendas e noutros locais com mesas o abandono era evidente, sendo que os pontos de água aí instalados estavam inativos. Para a Mata do Choupal, tinha sido anunciado, no passado dia 10 de Fevereiro, um Plano de Recuperação da Mata em zonas afetadas pela tempestade *“Leslie”* ocorrida em 2018, com obras a decorrer de Fevereiro até ao final do mês de Março de 2021, três anos depois do desastre. Na apresentação do Plano tinha sido afirmado que seriam plantadas, ao todo, 10 espécies folhosas autóctones que não tinham sido detalhadas. Tinha sido também informado que iria ocorrer o corte de árvores com *“copas muito frondosas”*, não se percebendo se se tratava de espécimes afectados pela tempestade ou abrangia também árvores sãs. Tinha sido, ainda, anunciado que seriam recuperados 4,5km de caminhos. O valor referido para realização da obra, 98.100 euros, era muito escasso para todas as necessidades conhecidas de recuperação da Mata;
- Informou que os maiores incêndios rurais que tinham ocorrido na Mata Nacional de Vale de Canas tinham sido, como era conhecido, provenientes do exterior. No entanto, o Plano Geral de Florestação da Mata não previa acções para o ano de 2021. E avançou que o PCP tinha colocado ao Ministro da Tutelas as seguintes questões: *“Estava prevista alguma acção de redução da carga combustível para aquele ano, em particular nas suas extremas? Se estava prevista, e para quando, a reposição da sinalética e painéis informativos na Mata, nomeadamente no Jardim de entrada e da Árvore Monumental, a mais alta da Europa? Para quando, a recuperação do telhado da Casa do Fogo, dos bancos, mesas e demais mobiliário, bem como dos pontos de água e do Jardim de entrada? Que tipo de árvores iriam ser abatidas na Mata do Choupal? As que irremediavelmente tinham de ser por acção da tempestade ou também outras que eventualmente estavam saudáveis? Quais as espécies florestais que efetivamente iam ser plantadas? Tinha sido anunciado que seriam recuperados 4,5ha de caminhos. Dado que os caminhos tinham naturalmente larguras diferentes, quantos metros ou quilómetros de caminhos seriam beneficiados? O valor da obra previsto era muito escasso para a recuperação que a Mata necessitava.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Estava prevista alguma outra obra de recuperação que a Mata do Choupal tanto exigia? A existir como e onde podia ser consultado o Plano de Recuperação?”;

- Enquanto eleitos pelo PCP na Assembleia Municipal de Coimbra, perguntou ao Executivo Municipal, na pessoa do Vereador do Ambiente, ” *por que razão aquelas matérias não constituíam prioridade para a sua intervenção, mais preocupado que estava, ao que parecia, com os interesses comerciais e de lazer de uma elite. Que tipo de medidas tinha tomado ou tomaria para secundar, apoiar e reforçar a iniciativa do PCP, tendo em consideração a sua relevância para a cidade? Que tipo de medidas tinha tomado ou tomaria para que não só as respostas pretendidas, mas também as acções que se impunham ao Governo, fossem céleres e eficazes”;*
- Pediu autorização para fazer uma exortação ao Executivo Municipal informando que no “*Dia Internacional da Mulher*”, a “*Eurest*” empresa fornecedora de refeições tinha anunciado o despedimento colectivo de 146 trabalhadores, 141 dos quais eram mulheres, depois do que já realizara em Novembro do ano passado. Citou, referindo -se a *Eurest*: “*tem um volume de negócios superior a 100 milhões de euros anualmente, dá milhões de lucros todos os anos*» e «*recebeu e continua a receber apoios do Estado neste período de pandemia*”;
- Divulgou o facto e para conhecimento da Assembleia Municipal de Coimbra de no ano passado os alunos das escolas de Coimbra tinham sido potencialmente afectados por decisões unilaterais de empresas “*que não respeitam contratos nem direitos, procurando, a todo o custo o lucro*”. Não podiam esquecer que em Março/Abril de 2020 tinham sido despedidos 650 trabalhadores dos refeitórios das escolas do concelho de Coimbra da empresa ICA-Indústria e Comércio Alimentar. Aquela empresa servia milhares de refeições a alunos de escolas tuteladas pelo Ministério da Educação através do Consórcio ICA-Nordigal e a Câmara Municipal. A situação de dependência a que as entidades que recebiam os serviços prestados por aquela empresas estavam sujeitas, fragilizava a sua capacidade de corresponder a uma necessidade que a situação pandémica tinha vindo evidenciar: existiam crianças que só na escola recebiam refeições condignas. Aquela situação exigia uma maior capacidade de resposta por parte do Município na confeção e distribuição das refeições escolares, como aprovado nas Grandes Opções do Plano, após contribuição da CDU;
- Concluiu, depositando esperança na inesperada mudança de funções no Executivo, que se acelerasse e tornasse mais diligente o processo em curso para que todas as refeições escolares passassem a ser confeccionadas e distribuídas localmente e com recurso a fornecedores locais. Até que tal se conseguisse, exortavam o Executivo a que os contratos futuros que se mostrassem necessários, previsses critérios de prioridade a quem privilegiava a estabilidade dos contratos, rejeitando a precariedade laboral.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:

- Informou que todos os Grupos Políticos tinham praticamente esgotado os tempos, propunha, se a *Mesa* e os Deputados Municipais estivessem de acordo, um aditamento de 3 minutos ao PSD e ao PS.

Intervenção do deputado municipal João Campos (PSD): [\(áudio 16:42 a 18:39 minutos - 2ª gravação\)](#)

- Dirigiu-se ao Presidente da Assembleia Municipal dizendo-lhe “*acho que não está a ser independente, está a beneficiar o Partido Socialista que já esgotou e ultrapassou o seu tempo*”;
- Parabenizou a Deputada Municipal Daniela Sequeira por ter sido mãe;
- Mostrou interesse em obter informações relativas às Comissões de Freguesias nos mais diversos âmbitos, de forma a perceber “*o que é que os meus colegas Presidentes de Junta fazem nas comissões*”;
- Agradeceu a resposta da Vereadora Regina Bento sobre a questão da alteração de horário da *Linha 5T da Pedrulha*. Acrescentou que não era do alcance da população o motivo pelo qual deixavam de ter o “*Ponto de Horário*”, onde o autocarro fazia a sua paragem, no centro da Pedrulha, privilegiando, ao invés, o acesso à zona limítrofe da Pedrulha que apenas incluía os serviços.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:

- Cedeu a palavra ao Partido Socialista, propondo de imediato a sua rescisão por ter mais oportunidades para intervir e, desse modo, dar ensejo ao Presidente da Câmara;
- Justificou que tinha cedido mais 3 minutos à CDU. Sabendo, à partida, que o Deputado Municipal João Campos só tinha 40 segundos. Pediu ao Deputado Hernâni Caniço para abreviar o seu discurso para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

cumprir os tempos adstritos ao Partido Socialista que, por sua vez, tinha 3 oradores inscritos. Aludiu ao ditado popular *“repartir o mal pelas aldeias e aplicar o princípio da indulgência”* e congratulou o Partido Socialista por ter prescindido da sua intervenção;

→ Concedeu a palavra ao Presidente da Câmara de forma a responder às questões que lhe tinham sido suscitadas.

Intervenção do Presidente da Câmara:

- Saudou e estimou a sessão presencial da Assembleia Municipal *“num tempo crítico que todos bem conhecemos e muitos de nós ajudam a debelar e a vencer”*;
- Apresentou uma *“nota breve”* quanto às questões levantadas assumindo que *“há coisas que não aceito nem admito é fazer da política barriga de aluguer para garimpeiros e para pessoas que usam a tribuna para mal dizer, para atacar sem legitimidade, sem qualidade ética ou moral”*;
- Prosseguiu *“quem aqui me chamou de desonesto, eu convido-o a voltar aqui e eu posso suspender aqui a minha intervenção e vir aqui documentar, fundamentar, explicar. A política não é o sítio de barriga de aluguer dos garimpos”*. Reforçou, claramente, *“quem se atreveu a dizer aqui falta de honestidade ou de seriedade, isso, acreditem: só sente ofensas a dignidade e à honra quem as tem”*;
- Dirigiu-se ao Deputado Municipal Francisco Rodeiro, afirmando *“já disse o que tinha a dizer e em circunstância alguma (...) usei questões que já transitaram em julgado, inibo-me de trazer esse tipo de querelas para aqui. Porque o nosso tempo deve ser aproveitado para fazer uma sociedade melhor, para garantir a probidade no exercício de cargos públicos e não para achincalhar e ofender, com palavras ocas, infundadas, temerárias”*. Rematou *“como deve ter reparado, caro amigo Francisco Rodeiro, eu fui capaz de vir para aqui e não achincalhar ninguém, mesmo conhecendo as sentenças de Tribunais sobre questões transitadas em julgado. Penso que aproveitaremos melhor o nosso tempo, cumprindo aquilo a que nos comprometemos com o povo”*;
- Enfatizou o ensejo para informar a Assembleia Municipal que estava em elaboração e susceptível discussão pública, um programa pioneiro, o *“Programa Municipal para as Alterações Climáticas”* que devia ser atendido, analisado e intervencionado. Lembrou *“aqueles que se esquecem de intervir durante a discussão pública eu exorto a dar o contributo de cada um, porque é extremamente importante “e, referindo-se a “Al Gore” como “porta-bandeira desta questão e muitos não acreditaram (...) infelizmente, hoje, a maior parte das pessoas com idoneidade e sensibilidade e conhecimento dão toda a razão”*. Considerou que *“mesmo o Programa para as Alterações Climáticas já podia ter sido empreendido (...) mas agora que está também na Assembleia da República “e se tratava de um documento bem estruturado, apelava à contribuição de cada um dos membros da Assembleia Municipal. Disse, como comumente sabido, que as ameaças ambientais para as alterações climáticas constituíam uma ameaça económica e social e acrescentou “que o planeta e a humanidade estão a enfrentar já”*;
- Declarou *“enquanto Presidente da Câmara Municipal de Coimbra farei tudo quanto em mim caiba para que os vindouros não tenham as mesmas angústias que nós, hoje, estamos a sentir”* e prosseguiu afirmando que na linha de acção com os compromissos internacionais, nacionais e políticas públicas do ambiente, nomeadamente, a *“Agenda 20/30”* e o desenvolvimento sustentável das Nações Unidas, o *Acordo de Paris* e o *Marco de Sendai 2030*, o pacote *Clima-Energia* para 2020 na União Europeia; a estratégia nacional para alteração às alterações climáticas 2020, o *Programa de Acção para as alterações climáticas* com base em medidas urgentes de combate aos impactos nefastos, atendendo às orientações do *Pacto Ecológico Europeu Green Deal* cujo objectivo se cingia a reduzir 55% das emissões de gases efeito de estufa a nível interno até 2030. Inferiu *“Tomamos em devido tempo a decisão de elaborar o Programa Municipal para as Alterações Climáticas”*;
- Recordou que a elaboração do documento era uma *“decisão voluntária do Município de Coimbra”* apontando a inexistência de legislação específica que estabelecesse a obrigatoriedade e respectivas orientações para concretização do Plano, contudo, com o objectivo de contribuírem, solidariamente, para a redução das emissões de gases e efeitos de estufa tornando o Município mais resiliente, reduzindo as vulnerabilidades dos eventos climáticos extremos, aumentando a capacidade adaptativa do Município ao integrar-se no roteiro para a transição climática através da concretização de 4 objectivos: implementar medidas de mitigação e de alteração às alterações climáticas; aumentar a capacidade adaptativa e de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- resposta aos eventos climáticos extremos; melhorar o nível de informação à comunidade na resposta aos eventos climáticos; reforçar a governança com o envolvimento da sociedade na política municipal de combate às alterações climáticas;
- Esclareceu que, na discussão pública, tinham estado envolvidas praticamente todas as unidades orgânicas dos serviços da Câmara Municipal de Coimbra, dos Serviços Municipalizados e da Empresa Municipal Águas de Coimbra e *“todos se conseguiram juntar, congregar, trabalhar juntos e a todos agradeço os contributos que deram, agora esperamos a evolução (...) e o contributo que neste âmbito nos queiram fazer chegar”*;
 - Remeteu para a *“alegada polémica sobre o que ocorre no Rebolim à Ponte da Portela”* e repetiu *“o que se encontra consolidado”*, a área para o *“alegado campo de Golfe”* era uma decisão da Câmara de 2009: *“Para mim, naquela zona ribeirinha que é uma zona especialmente sensível e importante da nossa cidade, toda a documentação deve ser conhecida analisada e ponderada. Para mim, estando a montante das captações de água da Boavista, que têm uma reserva, obviamente, estratégica não pode ser de modo algum afectada”*. Admitiu: *“acompanho e não arredo, por princípio, mas não há nenhuma decisão da Câmara adoptada em 2009, de resto não posso dizer que as iniciativas dos agentes económicos, desportivos e etc. ficam já barrados à porta da Câmara Municipal e que rejeitamos receber projectos ou outros que queiram ser apresentados”*;
 - Anunciou que o espaço era importante e estratégico para Coimbra e sua região, pelo que só se comprovadamente, todos os trabalhos garantissem condições para serem validados é que seriam sujeitos a aprovação da Câmara Municipal;
 - Aludiu ao que tinha sido dito relativamente ao Rebolim *“até usaram a palavra crime; não têm razão. Onde é que estavam os que disso se queixam agora, quando, no âmbito do depósito de materiais na sequência de extracção de areias, de certeza que lá estava o areeiro onde aos buracos da extracção de areias iam depositar carcaças de automóveis, pneus em quantidade industrial, coisas várias incluindo placas de fibrocimento, cerâmicas, sanitas, gatos mortos... onde é que estavam quando não havia sequer possibilidade de acesso da Avenida da Portela até à beira rio no Rebolim, onde em tempos muito antigos havia uma praia que nós quisemos refazer. Implica promover alguma vegetação? sim! Aquilo está cheio de infestantes, Canas; Acácias e outras... têm de ser removidas, não podemos estar a perder mais tempo com este tipo de questiúnculas que não têm nenhum fundamento”*;
 - Remeteu para a Lei nº 58/2005 alterada pelo Decreto-Lei nº 77/2006, resultante da aplicação no Ordenamento Português da *Directiva-Quadro da Água* com as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas. A *Lei da Água*, em sede de medidas de protecção de cheias e inundações impõe a obrigação de, nos instrumentos de planeamento dos recursos hídricos e da gestão territorial, existir demarcação das zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias, incluindo zonas-mar, as quais deviam ser classificadas de acordo com a *Lei da Titularidade de Recursos Hídricos* cujo objecto se encontrava em discussão no âmbito da descentralização e as respectivas restrições previstas na Lei. Avançou que a *Lei da Titularidade de Recursos Hídricos* determinava, ainda, a necessidade de implementar medidas de conservação e reabilitação da rede hidrográfica em zonas ribeirinhas de forma a garantir o seu bom estado ecológico, além das condições de escoamento das águas e sedimentos. Incluía também a minimização do risco para pessoas e bens em situação de cheia. De acordo com o diploma legal em vigor, as medidas de reabilitação e conservação da rede hidrográfica das zonas ribeirinhas compreendiam a limpeza e desobstrução dos alvos das linhas de água com condições de escoamento dos caudais líquidos e sólidos em situações hidrológicas normais e estranhas, bem como, a reabilitação das linhas de água degradadas das zonas ribeirinhas, nomeadamente, *“valas reais”* como era o caso da maior parte dos ribeiros;
 - Apontou os municípios nos aglomerados urbanos, os municípios nas frentes particulares fora dos aglomerados urbanos e os organismos como providos de competência própria para a gestão dos recursos hídricos. Na área dos mais casos, como competentes no âmbito da protecção contra efeitos de erosão de origem hídrica e enquanto agentes com responsabilidades de implementação das medidas de conservação, reabilitação e protecção da rede hidrográfica;
 - Inferiu, por último, *“este é o ponto de situação e, por isso, não tenham medo. Não nos encontrámos lá quando toda aquela parte estava conspurcada com carcaças de automóveis, pneus, bidons de óleo,*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

placas de fibrocimento (...). Quando detectámos que podíamos intervir e agir, fizemos o que estamos a fazer. Aprovado por quem? Por mim! E assumo a responsabilidade integral do que está a ser feito, que, contrariamente, ao que alguns pretendem propalar sem fundamento, malevolamente, desinteressadamente eu convido a que façam a visita a pé desde o Rebolim até à ponte da Portela. O fundo do rio está diferente, está melhor! E há rearborização que foi dividida em três ou quatro espécies, é melhor ir lá! (...) espaço que está a ser transformado num território extremamente aprazível que é adequadamente feito, tecnicamente acompanhado, feito por profissionais que sabem o que estão a fazer e estão a fazê-lo a benefício dos nossos cidadãos. Para quem tiver dúvidas, amanhã é sábado eu sugiro que façam um passeio ao longo da linha de água, do Rebolim até à ponte da Portela e não se vão arrepender, porque o rio Mondego, naquele espaço, está mesmo muito melhor”.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:

- Terminou o ponto de “*Antes da Ordem do Dia*” com a deliberação do “*Programa Municípios Zero Resíduos*” recomendado pelo Grupo Político do Somos Coimbra;
- Lembrou que o Deputado Municipal José Dias tinha sugerido, também, conforme pedido da Líder do Grupo Político dos Cidadão por Coimbra, que a Câmara facultasse mais elementos para justificar a gestão de resíduos, na impossibilidade de obter as respectivas informações;
- Apresentou” a *filosofia dos que pensam que com mais informações se pudesse tomar uma melhor decisão*”, aludindo ao direito potestativo do Grupo Político do Somos Coimbra de apresentar uma proposta e ao poder de decidir se agregaria mais aspectos informativos numa próxima sessão ou se, por outro lado, não pretendiam adiar mais. Incumbiu o Grupo Político de decidir como agir face ao exposto;
- Anunciou que o Grupo Político do Somos Coimbra optava pelo direito ao voto da recomendação para a adesão ao “*Programa Municípios Zero Resíduos*”.

Deliberação nº 1/2021

A Assembleia Municipal deliberou, por *maioria*, com 42 votos a favor e 6 abstenção e sob proposta da bancada do Movimento Somos Coimbra, datada de 24 de Março, **aprovar, a Recomendação ao Executivo - “Programa Municípios Zero Resíduos”.**

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Intervenção do Presidente da Câmara

Nos termos da alínea c), do nº 2, do artº 75º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, foi apresentada e distribuída a informação escrita acerca da actividade e situação financeira da Câmara Municipal

- Explicou a matéria relativa ao “*Subsídio de Risco e Penosidade*” atribuído aos trabalhadores municipais das áreas especialmente expostas a perigos profissionais. A Câmara tinha aprovado o que estava taxativamente expresso na lei, propondo-se a diligenciar o alargamento de outras actividades que mereciam ser igualmente atendidas, designadamente, o canil, os jardins, os transportes públicos, as equipas de recolha do lixo. A pretensão de um âmbito mais abrangente pela via da negociação com a protecção legal suficiente propositava reuniões com sindicalistas, com ministros vários para que houvesse homogeneidade a nível nacional e fosse assumido novamente o “*Subsídio de Penosidade e Risco*”, extinto no passado;
- Anunciou a expansão, se as equipas conseguissem ter meios técnicos e humanos para desempenhar a função, do Centro de Vacinação Covid Praça Heróis do Ultramar, para todo o Pavilhão Mário Mexia “*é o contributo que estamos a dar para se acelerar a vacinação*” a capacidade de vacinação passaria, assim, na área do Centro de Vacinação de cerca de 700 ou 750 pessoas vacinadas por dia para uma capacitação de 3000 pessoas vacinadas por dia. Simultaneamente, o alargamento nos serviços da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados de testagem em massa para a generalidade das pessoas que trabalhavam na Câmara Municipal e nos Serviços Municipalizados, incluindo as Águas de Coimbra. Igualmente, na área do ensino, com início de actividade corrente no dia 5 de Abril “*nós desejamos que todos estejam vacinados ou, no mínimo, que todos estejam testados*”;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Divulgou a cooperação com o “*Instituto Ricardo Jorge*”, com as áreas da especialidade da Universidade e do Politécnico para que o trabalho se fizesse de forma eficaz, pessoa a pessoa, com segurança nas comunicações e na protecção de dados pessoais, evitando erros presentes e futuros, designadamente, na protecção de dados pessoais “*e também, sobretudo, aqueles que puseram a correr (...) uma falsidade de uma gravidade inaudita de queixa anónima que o Presidente da Câmara sempre afirmou em todos os actos públicos em que tem oportunidade, que estaria vacinado quando fosse a sua vez e mesmo assim houve umas almas desgraçadas que terão posto a correr que eu teria sido vacinado (...) serei vacinado na minha vez e não venderei o meu lugar a ninguém, mas também não tomarei o lugar de ninguém*”;
- Dirigindo-se de novo ao Deputado Municipal Francisco Rodeiro, afirmou “*ano peculiar em que temos de fazer as obras, é evidente meu caro, é ano de eleições só que nós começamos logo no princípio a fazê-las estão a ser desenvolvidas segundo o programa conhecido Plano Estratégico Desenvolvimento Urbano que ninguém fique preocupado com isso porque a ideia é mesmo fazê-las e o mais depressa possível*”, porque ao fazer as obras públicas, ao promover políticas públicas, estavam a dar uma “*carga de energia*” às empresas para manterem os postos de trabalho, manter a actividade económica, a redução dos autos de pagamento de execução das empreitadas estavam a cumprir o seu propósito. Apresentou a economia, gravemente afectada pela pandemia, como questão central e “*eu exorto a que façam o mesmo “todas as entidades públicas, autarquias ou outras porque a necessidade de manter os postos de trabalho, de preferência criar mais empresas para terem produtividade, rentabilidade e se tornarem socialmente úteis. evidenciar-se-ia “Este é que é o trabalho dos autarcas dos agentes públicos na promoção das políticas que são para benefício da comunidade*”;
- Resenhou a informação que complementava aquela que tinha sido prestada pela carta que tinha enviado em resposta.

• Grupos Políticos

Intervenção da deputada municipal Lúcia Santos (CDS-PP): [\(áudio 51:57 a 56:06 minutos - 2ª gravação\)](#)

- Informou que podiam ler na informação que o Presidente da Câmara Municipal de Coimbra lhes tinha remetido que o “*Coimbra Investe*” tinha apoiado a criação de 550 postos de trabalho com meio milhão de euros. Não percebiam se o “*negrito*” utilizado naquela frase servia para destacar a informação ou se consubstanciava motivo de orgulho, “*pois como vamos demonstrar os números apresentados são fracos*”. Coimbra, com um regulamento, dizia ter criado 550 postos de trabalho em 4 anos, “*basta olharem para o lado*” e, nos últimos quatro meses, a “*Linha Revitaliza Porto da Invest Porto*” tinha recebido pedidos de cerca de 280 empresas e 20 investidores com negócios ou investimentos na cidade do Porto. No total, os agentes económicos atendidos pela linha representaram mais de 1470 trabalhadores e 66 milhões de euros em volume de negócios anual pré-pandemia. Os projetos de investimento apoiados tinham um potencial para investir mais de 4 milhões de euros na cidade e criar pelo menos 200 novos postos de trabalho. Apenas nos últimos 4 meses, “*porque se olharem para a big picture*”, tinham sido apoiados pela “*Invest Porto*” mais de 320 projetos de investimento, num valor total de investimento superior a 1.300 milhões de euros que tinham gerado, por sua vez, mais de 14.300 empregos. Pelo exposto, “*o CDS orgulha-se de afirmar que apoia aquele tipo de gestão autárquica*” que, daquela forma, sim, valorizava a cidade do Porto;
- Disse que o Partido Socialista, em Coimbra, tinha demorado 4 anos a perceber que incentivar o investimento empresarial era relevante para o desenvolvimento socioeconómico sustentado do território, pois dele dependia a criação de emprego e de riqueza. Quando atentaram nessa premissa “*resolveram criar um regulamento de apoio a iniciativas económicas de interesse municipal, um regulamento. Não conseguimos fazer mais comentários. Os resultados estão à vista. Assim não se valoriza Coimbra*”;
- Informou que o CDS-PP congratulava a “*Feedzai*” e toda a sua equipa, nas pessoas dos seus fundadores, pelo importante marco que tinham atingido com o seu projeto. Chamadas de “*unicórnios, as start-ups tecnológicas,*” eram avaliadas em mais de mil milhões de dólares. Aquelas empresas eram avaliadas com base nas suas oportunidades de mercado e no seu potencial de mercado, a longo prazo. A “*Feedzai*” era a quarta empresa fundada por portugueses com o “*estatuto de unicórnio*” e a única que mantinha sede em Portugal e em Coimbra. “*Isto deve orgulhar-nos a todos!*”;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

→ Terminou afirmando que aquele marco de enorme relevância que a “Feedzai” tinha conquistado tinha um valor maior, o valor que aquela empresa aportava ao ecossistema de inovação e empreendedorismo da cidade e região e, conseqüentemente, à valorização da cidade de Coimbra e à sua afirmação no contexto regional, nacional e internacional. *“Saiba a Câmara Municipal de Coimbra potenciar esta conquista ou, no limite, não crie entraves”*.

Intervenção da deputada municipal Graça Simões (CpC): [\(áudio 56:35 a 57:47 minutos - 2ª gravação\)](#)

- Referiu-se ao convite do Presidente da Câmara para o passeio à beira rio como pertinente, mas advertiu *“não se cheguem à margem do rio porque a vossa segurança está em perigo e é incrível como de facto se fala nisto como se fossem questiúnculas como se estivesse legitimado pela limpeza, vão ver a limpeza que foi feita, vão ver que espaço aprazível lá está e digam qual é a legitimidade de fazer uma coisa dessa com base na Lei da Água”*;
- Denunciou a obstrução do rio, dizendo que *“são troncos e troncos de choupos atirados para o rio, são as margens do rio a cair, de facto isto é indescritível e só vendo é muito preocupante que não seja assumido aqui minimamente (...) responsabilidade do erro que foi cometido isto é duplamente preocupante”*.

Intervenção do deputado municipal José Mário (SC): [\(áudio 58:50 da 2ª gravação a 02:08 minutos 3ª gravação\)](#)

- Aludiu ao *“Plano de Recuperação e Resiliência”*, como sendo aproximadamente de 14 mil milhões de euros que estavam à disposição nacional, especificamente, distribuídos por Lisboa, Porto *“e o resto do país é paisagem”*;
- Advertiu, no seguimento, que a pandemia afectava todos e *“neste panorama, Coimbra e a região Centro saem claramente esquecidas, é de doer a alma o plano para Coimbra e para a região centro”*;
- Remeteu para a *“Componente 7”* que, dedicada ao capítulo das infraestruturas, referia o IP3, a estrada nacional 341 e eram inexistentes mais referências à região. Acusou a falta de intervenção na *“Estação velha a precisar de ser nova”*, bem como do *“Anel na Pedrulha”*;
- Prosseguiu com o *“Capítulo 10”*, referente à mobilidade sustentável, mencionando o *“metro transformado numa mitigada solução de transporte urbano, não lhe podemos chamar metro seguramente”*;
- Questionou o Presidente da Câmara *“o que é que a governação de Coimbra fez ou pensa vir a fazer, penso já um pouco tarde, relativamente ao nosso Plano de Recuperação e Resiliência ou será que temos uma política de rendição e reverência a quem está em Lisboa”*;
- Recordou a *Moção* apresentada no mês de Dezembro e aprovada por unanimidade pela Assembleia Municipal sobre o *“Capítulo dos Transportes”*, perguntando, naquele âmbito, que acções tinham sido desenvolvidas, uma vez que a Assembleia Municipal de Coimbra se tinha pronunciado e *“era importante que a sua palavra não fosse esquecida”*.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): [\(áudio 02:43 a 06:05 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Informou que as linhas de autocarros dos SMTUC passavam desde 1 de Abril a servir os moradores da Zona Norte do Concelho de Coimbra. Cerca de 20 mil moradores de Souselas, Botão e Brasfemes tinham acesso ao serviço municipal de transporte público, com reforço, ainda, das Freguesias de Eiras, São Paulo de Frades, Trouxemil e Torre de Vilela. À reclamação e luta das populações tinham-se juntado alterações do quadro legal que permitiram que o Município se assumisse como Autoridade Municipal de Transportes e que os SMTUC se substituíssem aos operadores privados. Os SMTUC, como sempre tinha defendido a CDU, invertiam a sua política, investindo na aquisição de novos veículos e na contratação de mais trabalhadores, motoristas, pessoal oficial e outros. Daquele modo, tinha sido possível alargar a oferta dos SMTUC, primeiro, à Zona Sul, posteriormente, à Zona Norte e, em breve, à Margem Direita do Concelho. Nos vários órgãos autárquicos e de administração do transporte público municipal, a CDU batia-se pelo alargamento da rede de transporte dos SMTUC a todo o concelho de Coimbra. Conscientes de que os eleitos da CDU tinham exercido um papel determinante naquele



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

histórico alargamento do serviço de transporte, saudavam as populações por aquelas importantes conquistas;

- A CDU continuaria a lutar pela celeridade do alargamento da rede de transporte às freguesias da Margem Direita do Mondego, *“a exigir, lutar e trabalhar por melhores transportes públicos municipais para todos os habitantes do concelho de Coimbra”*;
- Aproveitou, ainda, para fazer uma saudação aos autarcas democratas de Coimbra que, de forma unânime, felicitaram o Partido Comunista Português, que integrava a CDU, por ocasião da celebração do seu Centenário. *“Não é uma efeméride estranha à presença deste órgão de poder local democrático”*. A democracia portuguesa tinha resultado de uma luta persistente, em condições de grande violência que, também em Coimbra, tinha contado com o contributo decisivo de muitos democratas, comunistas e não comunistas. Evocou Alberto Vilaça, Joaquim Namorado, Manuel Louzã Henriques, Rui Clímaco, entre tantos outros concidadãos que se tinham sujeitado à privação da liberdade, à tortura e à interdição profissional na luta pela liberdade;
- Disse que o *“discurso raivoso”* era dirigido aos novos desempregados, como no caso da Eurest, que no *“Dia Internacional da Mulher”* tinha anunciado um novo despedimento colectivo de 146 trabalhadores, *“trabalhadores das cantinas, bares, vending, incluindo o IFFP, faculdades públicas e privadas, etc.”*. O *“discurso antidemocrático”* colhia no descontentamento dos milhões de portugueses que, de confinamento em confinamento, iam assistindo à redução de rendimentos e economias, colhia nos *novos “escravizados dos “callcenter”, das “uber eats”, das “glovo”, pagantes do teletrabalho, nos precários que enchem todos os dias as novas praças de jorna de um Mundo, crescentemente, indigno e, eficazmente, desinformado”*. Por isso, era necessário que instituições como as autarquias assumissem crescente importância social, intervindo em áreas como a alimentação infantil, criando e protegendo postos de trabalho, mobilizando a produção local, *“num mundo cada vez mais precisado de encurtar os caminhos entre o produtor e o consumidor, promovendo a estabilidade das vidas”*. O Estado e as suas instituições, nunca como antes, tinham tido um papel decisivo na protecção ou no abandono das populações permaneciam do lado do reforço do papel do Estado contra qualquer medida que pudesse significar a sujeição, nas áreas essenciais, a qualquer tipo de interesse que não fosse o interesse público;
- Terminou afirmando que *“se desenganem os que consideram que a liberdade é um dado adquirido.”* Enquanto perdurasse a incerteza da água, da saúde, da educação, da mobilidade, do trabalho, da habitação, dos serviços públicos, perduraria a incerteza da liberdade. Enquanto permanecesse *“a químera”* de uma maternidade, um Hospital Central, a sobrevivência de micro, pequenas e médias empresas, permaneceria a ameaça à liberdade. Na comemoração de 100 anos de vida na luta pela democracia tinham colocado bandeiras pela cidade usando a liberdade que também era conquista dos comunistas portugueses e de todos os democratas.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 06:57 a 15:52 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Informou que valorizar Coimbra era o desígnio conseguido pela acção do Executivo Municipal. Tinha sido uma luta continuada e empenhada de quem fazia da honestidade política o seu modelo privilegiado de actuação;
- O Partido Socialista, durante os anos dos seus mandatos em nome de Coimbra, tinha apelado humildemente ao espírito de cooperação das diferentes representações políticas, à oposição. A realidade, porém, mostrava *“severos antagonismos”*, que não tinham trazido benefícios à cidade. A oposição, por *“mera estratégia política, não quer acompanhar aquela caminhada de valorização”*. A oposição, *“entretida com as coligações”*, apenas preocupada com o poder, e a forma de evitar a valorização em curso promovida pelo Executivo presidido pelo Dr. Manuel Machado;
- Demagogia tinham ouvido do *“Líder recauchutado do Somos Coimbra”* naquela Assembleia. Era por ali que bem compreendiam a preocupação do anterior Presidente da Câmara do PSD, com 3 mandatos consecutivos, quando dizia aos conimbricenses que *“a opção do PSD para Coimbra não é a melhor”*. Assumiu o privilégio de ter convivido com o Deputado Municipal Nuno Freitas, intervindo sempre de *“forma intensa, marcante e valiosa e sempre numa perspectiva de Coimbra”*. Tinha sabido enriquecer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

o debate da Assembleia Municipal. Muitas vezes, tinham estado em desacordo, quase sempre tinham traçado caminhos diferentes, mas “*é justo realçar: a forma séria, a retidão e o elevado sentido de responsabilidade*”. Acrescentou “*respondemos a Movimentos assim, com a enorme transformação em curso que é bem visível no coração da cidade*”;

- Informou que durante a Sessão ia ser votada a proposta para uma candidatura ganhadora de Coimbra, a “*Capital Europeia da Cultura 2027*”. Saudavam o trabalho da Comissão que organizava e preparava a candidatura. Tinham, ainda, a “*Estratégia Municipal de Saúde*”, um “*Perfil Municipal de Saúde*” para Coimbra cujo “*mérito é inegável e já foi aplaudido pela oposição*”;
- Mais informou que se sentiam, na luta contra o Covid 19, protegidos pela acção da Câmara Municipal desde o momento em que a Organização Mundial de Saúde o qualificou como uma pandemia. Uma Câmara Municipal com preocupações sociais que não ficava indiferente perante o sofrimento dos outros;
- Concluiu afirmando que sabiam que ainda não tinham começado as obras para o Aeroporto Internacional da Zona Centro, mas os autocarros para transportes colectivos das populações da Zona Norte do Concelho, até ao Botão, “*estão aí*”. Finalmente dir-se-ia. Pois era, pois, era! Mas mais uma vez, por acção do Executivo do Partido Socialista.

Intervenção do deputado municipal José Simão (PSD): [\(áudio 16:27 a 19:37 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Remeteu para a última intervenção do Presidente da Câmara dizendo “*parece que estava num sonho e neste homem que eu vou votar*” e prosseguindo com a reflexão, quando no âmbito das obras, acusou a falta de projectos em 2020 e de assinatura de protocolos para 2021, inferindo por fim “*caí na realidade*”;
- Agradeceu ao Dr. Manuel Machado o passeio dos “*Caminhos de Santiago*” junto à sua própria casa, cogitando “*então começaram de Antanhol para Sul? Então e Santa Clara? Não é Caminhos de Santiago também? Com as barreiras onde é que passam as pessoas? As valetas cobertas de terra, como é que eles vão a Antanhol? Então Santa Clara não existe?*”;
- Reconheceu ainda, relativamente aos autocarros novos que “*Nunca vejo gente no autocarro, será que o autocarro é só para dizer que temos autocarro? As pessoas não vão no autocarro? Temos de fazer uma campanha para as pessoas entrarem no autocarro*”;
- Referiu-se à questão das margens do rio dizendo “*em frente à praia do Rebolim é Santa Clara não tem lá nada, não tem muros, não tem nada, é melhor criarem uma delegação da Praia do Rebolim*”;
- Fez reminiscência às alterações climáticas, dizendo “*não há problema nenhum! Respiro bem e não há nenhum fumo a sair das chaminés!*”
- Concluiu lembrando ao Presidente na Câmara a situação dos trabalhadores dos cemitérios no âmbito do “*Subsídio de Penosidade e Risco*”.

Intervenção da deputada municipal Carolina Patrício (PSD): [\(áudio 20:06 a 21:48 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Informou que, contrariando a “*maré da falta de incentivos*” do Executivo à fixação de empresas e de talentos, celebravam, neste momento, o êxito alcançado pela *Feedzai*, merecedora de especial reconhecimento da Cidade de Coimbra. Captando a atenção do Ministro da Economia que “*certamente beneficiaria com a explicação sobre como Portugal podia ser mais competitivo*”;
- A *Feedzai* era uma empresa criada no Instituto Pedro Nunes e que contava com 8 escritórios dispersos em vários continentes e uma equipa de mais de 500 colaboradores, muitos deles a trabalhar a partir de Coimbra. E, na passada 4ª feira, tinha-se tornado parte de “*restrito grupo de empresas unicórnio*”, de entre quatro fundadas por portugueses. O percurso da *Feedzai* era uma demonstração da forma como se devia posicionar Coimbra, enquanto centro de competências e negócios competitivo, exemplo de inovação, de investimento e de empreendedorismo. Em suma, “*uma alavanca de talentos*”;
- Afirmou que a celebração pela conquista da *Feedzai* era um reconhecimento pelo seu passado, presente e futuro, acreditando que seria um líder por exemplo para outras empresas, investidores, técnicos e criativos a “*apostarem no rótulo made in Coimbra e made in Portugal*”;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

→ Depositou esperança no “*alento para toda a cidade*”. Não apenas dos seus talentos, mas também de um esforço daquele Executivo Municipal que se devia empenhar na captação, manutenção e alavancagem dos seus tão dotados cidadãos.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:

- Revelou que havia, ainda, um pedido de inscrição e outros que prescindidos por parte do Partido Socialista devido à escassez de tempo;
- Sugeriu que, estando apenas no primeiro ponto da “*Ordem de Trabalhos*”, houvesse “*habilidade retórica*” para introduzir as preocupações das pessoas “*num outro ponto qualquer, temos 13! Portanto temos de ter este equilíbrio*”;
- Advertiu que “*a Mesa não faz censura ao conteúdo das intervenções*” dos deputados, pelo que os Pontos da “*Ordem de Trabalhos*” deveriam ser geridos.

2. “Estratégia Municipal de Saúde” - Apresentação do Perfil Municipal de Saúde;

Intervenção do Presidente da Câmara:

- Anunciou que o essencial no âmbito da Estratégia Municipal de Saúde estava plasmado “*no livro que vejo que todos os Senhores Deputados têm e cuja leitura é agradável, profícua e útil*”;
- Destacou que na etapa do “*Perfil Municipal de Saúde*” estavam desencadeadas várias sessões participativas, presencialmente e via *online*, designadamente a 6 de Abril: Almalaguês, Brasfemes, Cernache, Torres de Mondego, União de Freguesias de Antuzede e Torre de Vilela e Vil de Matos, de São Martinho da Árvore e Lamarosa, de Souselas e Botão. No dia 7 de Abril: Ceira, São João do Campo, São Silvestre, União de Freguesia de Assafarge e Antanhol, Eiras e São Paulo de Frades, Santa clara e Castelo Viegas, São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades; Taveiro, Ameal e Arzila, Trouxemil, Torre de Vilela e a 8 de Abril na Freguesia de S. António dos Olivais e na União de Freguesias de Coimbra;
- Reflectiu refugiando-se numa máxima de Sócrates “*A saúde não é tudo, mas tudo é nada sem saúde*” a abordagem científica que tinha sido feita com o “*notável contributo da nossa universidade*” e a validação do documento na última reunião do Conselho Municipal de Saúde;
- Apontou a correcção da homogeneidade de cobertura de serviços de saúde em todo o território do concelho como oportunidade de melhoria e salientou o facto de todo o processo ter sido iniciado antes de sequer se imaginar a Pandemia. Tinha sido iniciado antes, mas intensificado e “*focado mais naquilo que é necessário fazermos ao nível municipal e, também, algumas situações ao nível multimunicipal*”, e, obviou, com as instâncias do Estado, Ministério da Saúde e Ministério do Ambiente;
- Salientou a recolha de dados das equipas técnicas para formalizar as acções em concreto, bem como a priorização das acções. Agradeceu à equipa de especialistas coordenada pela Dr. Paula Santana que tinha feito um trabalho notável, relevando um conjunto de informações actualizadas por freguesia e alguns aspectos abordados que tinham oferecido dúvidas e que, a esse título, procurariam responder com informações complementares. Tomou de exemplo que, em caso de morte por sinistralidade na União de Freguesias de Botão e Souselas, eventualmente, só se tinha acesso aos sinistros fatais ocorridos no IP3 sendo, por isso, matéria objecto de investigação complementar;
- Assinalou outros aspectos da carência de assistência médica e de saúde que iam melhorar, substancialmente, com a extensão da rede de transportes públicos SMTUC, até ao Norte do concelho com a aproximação das pessoas do centro, onde estavam os hospitais mais importantes para a maior parte das pessoas e o acesso ao Centro de Saúde respectivo ou Extensão do Centro de Saúde;
- Abordou outra vertente, realçando o trabalho que estava a ser desenvolvido na União de Freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila no âmbito da transformação da Casa da Criança na Extensão de Centro de Saúde de Taveiro, um contributo para minorar alguns dos aspectos negativos;
- A entrada em funcionamento do Sistema de Mobilidade Mondego depois da Resolução publicada pelo Conselho de Ministros com a aprovação da calendarização financeira do Sistema de Metro Mondego enquanto precursor de maior atractividade para as pessoas que tinham maior dificuldades de deslocação;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Sugeriu que fosse “conhecido, divulgado, analisado e muito agradecemos os contributos que nos façam chegar desta etapa nova que é da Formalização das medidas e a sua Calendarização ou Programação ou Planeamento. Quanto ao demais, no livro está muito mais bem explicado do que posso explicar nesta tribuna”;

Intervenção da deputada municipal Lúcia Ferraz (SC): [\(áudio 30:17 a 35:11 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Informou que, em primeiro lugar, gostariam de felicitar a equipa de investigação coordenada pela Prof. Paula Santana pela “*excelência técnica e científica do estudo*” apresentado. Tratava-se de um “*documento rigoroso, cuidado, com um valioso e vasto manancial de informação, bem organizado e bem-apresentado*”. Felicitavam, também, a Câmara Municipal de Coimbra pela contratação a investigadores da Universidade de Coimbra. “*Deveriam, aliás, fazê-lo mais, aproveitando o privilégio de ter, dentro de portas, uma das Universidades mais conceituadas da Europa*”;
- Quanto ao Perfil de Saúde do Município detalhado no documento “*esta longe da excelência*”. O estudo expunha um conjunto de fragilidades do Município, relacionadas com o perfil de saúde e com as condicionantes sociais da saúde no concelho. Estabelecendo mesmo um “*perfil negro*” em várias das vertentes estudadas. O Perfil apresentava-lhes uma cidade de pessoas essencialmente idosas e maltratadas. Idosos economicamente carentes, muitos a viver sozinhos e isolados, com más condições de habitação, pessoas que adoeciam e morriam de frio, literalmente, porque não tinham condições estruturais e económicas para aquecer as casas, sem espaços de lazer para fruir, tudo determinantes que contribuíam para más condições de saúde e bem-estar, físico e psicológico;
- Referiu que mesmo com “*este cenário*”, o Município de Coimbra posicionava-se a um nível bastante inferior, comparativamente aos valores do Continente e Região Centro, no que respeitava à atribuição do “*Complemento Solidário para Idosos*”. O estudo “*pinta-nos também o retrato de uma cidade de onde as pessoas, essencialmente, os jovens fogem.*” Comparativamente a municípios de dimensão equivalente ao de Coimbra e com semelhante posicionamento territorial, o Município de Coimbra era o único no qual se verificava uma variação negativa da população residente entre 2011 e 2019. O Município de Braga apresentava um acréscimo da população da ordem dos 11,3%, assim como Leiria, Viseu e Aveiro, com aumentos que variavam de 4,5 a 6,2%. No Município de Coimbra, observavam um decréscimo de 8,3% na população residente, sendo que na Freguesia de Coimbra se tinha perdido 20,3% da população. Na população residente no Município, a taxa de desemprego na faixa etária dos 25 aos 34 anos era substancialmente superior às taxas do continente e da Região Centro. E, mesmo nos residentes com algum grau de ensino superior completo, a taxa de desemprego era mais elevada que o valor apresentado na Região Centro. Coimbra era um município onde praticamente metade da população inquirida naquele estudo reportava dificuldades financeiras para assegurar as despesas mensais do agregado familiar;
- Disse que o município de Coimbra apresentava os segundos maiores valores dos poluentes atmosféricos dióxido de carbono e óxido de azoto a nível nacional, só ultrapassado por Lisboa. E aquele retrato era o de um Município que, paradoxalmente, integrava desde 2018 a “*Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis*”, que tinha como missão apoiar a divulgação, implementação e desenvolvimento local do “*Projeto Cidades Saudáveis*” da OMS. “*é o fruto que se colhe dos últimos anos de gestão camarária do Partido Socialista*. E não deveria ser necessária uma “*Estratégia Municipal de Saúde*” para identificar e implementar estratégias para tornar Coimbra num município mais saudável;
- Terminou informando que a promoção da saúde e do bem-estar da comunidade, a diminuição das desigualdades evitáveis e injustas em saúde entre populações e áreas geográficas cabia em grande medida aos municípios, segundo apontava a OMS. Conforme era referido no enquadramento do documento apresentado. Olhando em frente, e porque as questões da saúde deviam promover, acima de tudo, consensos e pactos, queriam propor, construtivamente, que fosse criado, em Coimbra, por iniciativa da Câmara Municipal e em colaboração com a Faculdade de Medicina, a ARS-C e o ACES Baixo Mondego, um “*Centro de Investigação em Medicina Preventiva e Saúde Comunitária*”, para colaborar na “*Estratégia Municipal de Saúde*”. Acompanhar e efectuar investigação científica em todo o processo relacionado com o diagnóstico, medidas de intervenção e respectivos resultados, sempre com o propósito de avaliação e melhoria contínua da Saúde do concelho de Coimbra, com o potencial de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

abranger outros concelhos contíguos. Porque” como referiu o Presidente Manuel Machado na nota introdutória ao *Perfil Municipal de Saúde*, parafraseando Sócrates, o filósofo, “A saúde não é tudo, mas tudo é nada sem saúde””.

Intervenção da deputada municipal Lúcia Santos (CDS): [\(áudio 35:45 a 38:08 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Informou que as primeiras palavras eram para felicitar a Câmara Municipal de Coimbra pela elaboração daquele instrumento de planeamento estratégico das políticas municipais no domínio da saúde e da equidade em saúde e pela escolha de uma “*equipa com provas dadas e de qualidade indiscutível*”;
- Afirmou que tinha ficado claro no diagnóstico realizado e que tinha permitido traçar o “*Perfil Municipal de Saúde*”, que não podiam olhar para Coimbra como uma realidade única e que havia desigualdades muito evidentes e preocupantes entre as diferentes freguesias que constituíam o município de Coimbra. Passou a exemplificar: no acesso aos cuidados de saúde de proximidade era evidente que as freguesias mais periféricas e rurais eram as mais penalizadas, como era o caso das Freguesias de Brasfemes e Torres do Mondego, que não tinham Centro de Saúde, nem farmácia e acumulavam os piores desempenhos de mortalidade e morbilidade;
- Analisando outros indicadores, percebia-se que havia freguesias com mais do dobro dos internamentos hospitalares em comparação com os valores observados nas freguesias com valores mais baixos. Percebia-se, também, no que respeitava à mortalidade, que havia freguesias que apresentavam um risco muito elevado e significativo em comparação com o valor referência do município;
- Mudando de perspetiva de análise, havia determinantes da saúde relacionadas com o ambiente construído e físico, como a qualidade da habitação, a oferta de espaços verdes e urbanos, as condições de mobilidade suave e o acesso a transporte público, que eram áreas de intervenção da competência da autarquia e deviam ser olhadas com atenção, principalmente da perspetiva da equidade espacial entre freguesias. Ainda assim, e apesar das inúmeras fragilidades identificadas que deviam merecer preocupação, no essencial Coimbra não estava mal quando comparada com a região e com o país e isso era um indicador positivo. Mas agora que estava traçado o “*Perfil Municipal de Saúde*”, importava que aquele instrumento de planeamento estratégico não fosse olhado como um mero cumprimento de uma imposição legal no âmbito da descentralização de competências, mas sim como uma verdadeira ferramenta orientadora da acção municipal no domínio da saúde;
- Concluiu afirmando que, sendo certo que a saúde da população era influenciada pelas condições do lugar onde se nascia, vivia e envelhecia, era determinante que o Município fosse capaz de envolver todos os actores locais relevantes públicos e privados na definição e implementação de acções e medidas que com impactos directos nas problemáticas identificadas e, principalmente, que comesse a considerar os impactos que a sua acção política tinha, verdadeiramente, na saúde da população e na equidade entre as freguesias.

Intervenção da deputada municipal Graça Simões (CpC): [\(áudio 38:38 a 40:41 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Iniciou a sua intervenção afirmando que o “*Perfil Municipal de Saúde*” que lhes apresentavam era de facto um documento importante e bem construído para fundamentar uma boa Estratégia. A discussão pública com as freguesias também lhes parecia uma medida a louvar, se fosse activada uma boa rede para a sua divulgação. O que precisavam de assegurar” *no concreto e não apenas em retóricas, era o princípio basilar ali enunciado de Saúde em todas as políticas*”. A prevenção continuava a ser o melhor remédio, por isso se definia Saúde como “*o completo bem-estar físico, mental e social*”. Portanto, era obrigação do Município pensar sempre todas as políticas públicas com o objetivo de alargar e qualificar as opções de estilos de vida saudáveis dos cidadãos. A partir daquele positivo processo, com um bom instrumento de partida e a participação das comunidades, era preciso activar uma direcção política, verdadeiramente, estratégica e empenhada na mudança profunda;
- Terminou destacando o movimento “*Nascer em Coimbra*” e a posição pública que assumiam e divulgavam sobre a “*Maternidade que se precisa em Coimbra*”. Além de se reverem inteiramente nos princípios e diretrizes básicas que defendiam, era um excelente exemplo de mobilização cidadã, que devia ser reconhecida e valorizada. Recomendavam a todos a sua leitura.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PSD): [\(áudio 41:09 a 47:29 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Informou que iria abordar muito brevemente o documento que, do ponto de vista político e formal, tinha relevo para uma discussão presente e futura sobre a saúde em Coimbra. Abreviou “*Nós não somos a Capital da Saúde de Portugal e não sendo a Capital da Saúde, poderíamos ser*”;
- Ressaltou os dados com responsabilidades múltiplas a nível nacional, regional e local e também dos cidadãos, bem como o trabalho directo e exigente a fazer;
- Tomou de exemplo dois dados concretos. O primeiro; “*a mortalidade perinatal é maior do que a média nacional*” que, apesar de Portugal, internacionalmente, ter níveis muito bons na área de mortalidade infantil, no indicador específico da mortalidade perinatal o problema prendia-se com a localização da maternidade de Coimbra. Tinham passado 8 anos desde os “*milhares de discussões sobre a localização das Maternidades*”, questionando se uma parte da responsabilidade não seriam de todos. Tinham de facto uma mortalidade perinatal superior e aquilo que ofereciam às famílias, às parturientes e aos recém-nascidos tinha sido um aumento da mortalidade perinatal. O segundo exemplo estava directamente relacionado com a população altamente envelhecida. A nível do país e também em Coimbra. Apontou como exemplo o caso do Covid onde havia pessoas com mais de 80 anos ainda por vacinar e pessoas de 50 e 60 anos já vacinadas. Nesse âmbito, dirigiu-se ao Presidente da Câmara questionando a localização da vacinação e sugerindo mais centros de vacinação espalhadas pelas freguesias, ainda que atentasse outras razões de logística. Quanto à população envelhecida, mencionou a importância do rastreio oncológico, nomeadamente do cancro da mama, colo rectal cujos indicadores eram piores do que a média nacional. “*Coimbra não pode querer ser a Capital da Saúde e ter a sua própria população, com uma desigualdade em relação à média nacional. Até porque Coimbra tem todas as condições para ter um conjunto de indicadores muito sólidos nesta área*”;
- Concluiu com um voto de congratulação ao Presidente da Câmara, à Vereadora Regina Bento, à Professora Paula Santana e sua equipa da Universidade de Coimbra, internacionalmente reconhecida, a toda a equipa da Câmara Municipal pelo trabalho que directamente tinham desempenhado. Em todo o caso, “*deixo esta nota construtiva e de elogio*”, dizendo que “*isto em certa medida tinha destapado uma ganga que todos gostavam de utilizar do ponto de vista política, que era a ideia da capitalidade da saúde*” e que de facto, na prática, tinham deixado de contruir havia algum tempo por responsabilidades nacionais, regionais e locais o que obrigava a olhar como uma implementação prática de uma nova Estratégia de Saúde.

Intervenção do deputado municipal Rui Claro (PS): [\(áudio 48:05 a 53:25 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Informou que acerca de um ano, o Município de Coimbra, liderado pelo Partido Socialista, iniciava o processo de construção da “*Estratégia Municipal de Saúde*”, na sequência da aceitação das competências no domínio da saúde decorrentes do processo de descentralização de competências para as autarquias locais. A estratégia constituía um instrumento fundamental para a orientação das políticas municipais na área da saúde e tinha, também, influência em áreas como os transportes ou acessibilidades, para além do âmbito social;
- Disse que o “*Perfil Municipal de Saúde, projeto abrangente e multidisciplinar, conciso e integrador*” articulado de forma original com a equipa especializada, coordenada pela Prof. Paula Santana cujo levantamento das necessidades e assimetrias permitiu um diagnóstico detalhado e de elevada qualidade técnica e científica sobre o estado de saúde da população, bem como das condições dos lugares de residência que influenciavam a saúde e o bem-estar da população residente no concelho de Coimbra e nas suas freguesias;
- Daquela forma, “*cabe-me saudar a Universidade de Coimbra, na pessoa da Prof. Paula Santana e sua equipa, pela preciosa colaboração prestada e pelo sucesso deste estudo de reconhecido mérito e qualidade*”;
- Apelou a que se debruçassem sobre duas situações que ressaltavam, de uma primeira análise, ao Perfil e que, conforme tinha já referido a Vereadora Regina Bento: “*quando descemos para a análise por freguesia começamos a detectar alguns dados preocupantes, reveladores das tais desigualdades em saúde que queremos combater. (...) a Freguesia de Brasfemes aparece com os piores resultados nos*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

indicadores ‘mortalidade por causas sensíveis aos cuidados de saúde’, ‘mortalidade por tumores malignos’ e nos ‘Internamentos evitáveis por prevenção primária’ e a Freguesia de Torres de Mondego aparece com o pior resultado no indicador ‘mortalidade evitável por causas sensíveis à prevenção’ e ‘mortalidade evitável sensível ao consumo álcool’. Estas são as duas únicas freguesias do concelho onde não há oferta de cuidados de saúde, nem centro de saúde, nem sequer farmácia”;

- Divulgou a segunda fase, reservada à elaboração do “*Plano Municipal de Saúde*” e convocou a participação de todos nos diversos “*webinars*”, agendados para breve, em cada freguesia, para apreciação do Perfil e contributos dos concidadãos para o Plano que se começaria a definir. Entendiam que todos podiam contribuir para o “*bem individual que é a saúde e também uma preocupação e uma responsabilidade colectiva*”. O “*espírito integrador e participativo*” afigurava-se-lhes como fundamental para a fiabilidade do diagnóstico apresentado e para o envolvimento e sucesso das políticas que viessem a ser desenhadas no Plano que se previa estar concluído até junho de 2021;
- Dirigiu-se a Deputada Municipal Graça Simões, do Movimento Cidadãos Por Coimbra dizendo “*há trabalho feito, a acção política prossegue não é só retórica*”. Defendeu que o documento espelhava, efetivamente, uma estratégia e vinha, também, estabelecer as bases necessárias para uma planificação da acção política municipal na área da saúde para os próximos quatro anos;
- Terminou mencionando que o Partido Socialista reafirmava, assim, o empenho em contribuir para a construção do “*Plano Municipal de Saúde, pois o melhor investimento é, de facto, a qualidade de vida e saúde dos nossos concidadãos, das nossas famílias, da nossa Coimbra*”.

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 54:02 da 3ª gravação a 01:09 minutos - 4ª gravação\)](#)

- Declarou “*não há como fugir à realidade*”. O documento apresentado mostrava uma grande qualidade e demonstrava um trabalho minucioso, rigoroso e de grande qualidade científica, importante para dar um conteúdo científico aos Serviços de Saúde. Apontou “*a deficiente proposta de serviços que a esmagadora maioria dos cidadãos que dele necessitavam têm*”, nomeadamente, ao nível da saúde preventiva que deveria ser garantida nos cuidados de saúde primários, vulgo Centros de Saúde. Expos o problema “*se empiricamente somos confrontados com a análise científica que comprova a experiência que nós já conhecíamos*”, o saldo que gostaria de ver, nomeadamente, algumas entidades que pretendiam maiores responsabilidades no Município e até no país, “*ficaram-se por análises parcelares, justas, adequadas, correctas(...)propondo criações de mais um areópago de investigação destinado a fazer-se não sei bem o quê porque não foi dito, ainda que tudo isto fossem propostas meritórias, interessantes e adequadas*”;
- Prosseguiu “*permitam-me ser mais terra a terra*” afirmando o que faltava ao Plano, o queurgia que a cidade e que o país fizessem era que retomassem o investimento no SNS. *Deixar que a saúde que tem, ultimamente, sido um negócio, um negócio da doença, que tem sido um sorvedor de dinheiros públicos para financiar entidades e serviços privados, retome a sua dignidade constitucional e sua dignidade inicial*” e que passasse, efectivamente, a dar resposta concreta, efectiva e persistente aos diagnóstico que reconheciam de fundamentais “*mas que depois, na prática, em grande parte das pessoas que aqui têm vindo, tolem a sua capacidade de iniciativa e ficam curtos, arranjando os argumentos mais vastos para que as coisas que são necessárias não se façam*”;
- Mais disse que o que o seu partido defendia, claramente. “*para darmos um salto qualitativo*” na Estratégia Municipal e nacional de Saúde e, tendo em conta que a realidade tinha ficado mais agravada pela situação pandémica, as fragilidades evidenciavam-se com os sucessivos governos, por via do desinvestimento no SNS ;
- Recomendou a criação de um plano de recuperação de actividades dos cuidados de saúde primários que garantisse a realização das consultas presenciais com médico de família, de saúde materno infantil, rastreio e acompanhamentos de doentes crónicos; reabertura de todas as extensões e centros de saúde com a criação das condições necessárias para que os utentes que não tenham espaço nas salas de espera, devido às normas das segurança sanitárias e que tivessem de esperar fora das instalações, com condições, comunidade e segurança; a contratação de médicos e enfermeiros, psicólogos, nutricionistas, assistentes técnicos e operacionais; atribuição de médicos e enfermeiros de família a todos os utentes;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

→ Concluiu afirmando “*sabemos nós que não é fácil produzir um médico e um enfermeiro de qualidade*” e, nessa senda, propôs que se contratassem médicos estrangeiros, a título excepcional e transitório enquanto não houvesse condições para assegurar a todos os utentes os médicos de família; a modernização de comunicações das extensões e centros de saúde, em particular, comunicações telefónicas electrónicas bem como, equipamentos informáticos; a criação do regime excepcional de incentivos à recuperação da actividade assistencial nos cuidados de saúde primários; o alargamento dos horários de funcionamento das unidades dos cuidados primários; a articulação com as unidades hospitalares para a realização de exames complementares de diagnóstico e terapêutica prescritos pelo médico de família “*retirando os serviços do sugadoiro que eram as entidades privadas*”.

Intervenção do deputado municipal Hernâni Caniço (PS): [\(áudio 01:33 a 05:53 minutos - 4ª gravação\)](#)

→ Informou que o “*Perfil Municipal de Saúde*” em apresentação, como meio para a definição do Plano Municipal integrado na “*Estratégia Municipal da Saúde*”, “era um avanço que creditava Coimbra, em relação à participação directa das autarquias e cordato com o programa eleitoral socialista em Coimbra. Com a supervisão do Presidente da Câmara e da Vereadora Regina Bento, a coordenação científica da Professora Paula Santana e sua equipa da Universidade de Coimbra, articulava-se a Autarquia, e a Universidade, como instituição do saber e da ciência com conhecimento baseado no método e na pesquisa, que Coimbra não podia desperdiçar e ali valorizava. Assim, tinha sido apresentado o diagnóstico do estado de saúde da população residente no Município, tinha havido participação de grupos focais de peritos na análise de matrizes de indicadores “*Determinantes de Saúde*”. A identificação de situações críticas em cada freguesia devia levar os decisores em saúde, a ponderar as desigualdades encontradas, por exemplo nas freguesias de Brasfemes e Torres do Mondego, únicas freguesias do concelho onde tinham deixado de existir unidades de saúde. Por ser seu lema a “*coerência aliada à transparência*”, e porque o programa eleitoral socialista para a Autarquia de Coimbra também o referia, candidataram-se à inclusão no “*Plano de Recuperação e Resiliência do Governo Português*”. Na vertente Vulnerabilidades Sociais, capítulo Saúde, entre outras, algumas medidas que esperavam ver incluídas no “*Plano Municipal de Saúde*, nomeadamente: Na área hospitalar - promover o investimento na concepção do Hospital Geral Central dos Covões mantendo-o como entidade hospitalar essencial, e sendo o garante da qualidade dos serviços de saúde em Coimbra, a par do Hospital da Universidade de Coimbra, com autonomia e independência, competência e manutenção da capacidade de execução; Na área dos cuidados perinatais - promover a urgente construção de nova Maternidade em Coimbra no perímetro do Hospital Geral dos Covões, em “*espírito de diálogo e conciliação*” com outras posições técnicas e políticas, “*sem dogmas*” quanto aos vários pareceres e à avaliação socialista, já dados a conhecer à Ministra da Saúde; No âmbito da saúde militar - investir no Centro de Saúde Militar de Coimbra, integrando-o no Tipo III na reorganização dos serviços de saúde militar, como estrutura imprescindível para Coimbra e Região Centro, dotando-a de recursos humanos indispensáveis para a qualificação do atendimento, e satisfazendo as necessidades em saúde de militares, dos deficientes das forças armadas e dos seus familiares. Na criação de respostas em cuidados de saúde primários, defendiam, entre outras; promover a criação de um Serviço de Atendimento e Orientação Urgente Permanente na cidade, com o objetivo de assegurar os cuidados de saúde em doença aguda durante 24 horas, 7 dias por semana, e reduzir o elevado afluxo aos Serviços de Urgência Hospitalares, que acumulavam “*falsas urgências e que deteriorava a qualidade dos cuidados de saúde secundários e terciários*”, pondo em risco vidas humanas e sobrecarregando os profissionais de saúde nos hospitais; Promover a retoma dos Programas de Rastreio e realizar consultas de Diagnóstico Precoce, em causa durante a pandemia, e que tinham ocasionado milhares de mortes prematuras e mortes evitáveis, agravando o estágio das doenças não detectadas e aumentando a taxa de mortalidade global; Na especialidade de Medicina Geral e Familiar - promover a realização de consultas de Medicina de Família, constituindo-se, daquela forma, um apoio imaterial às famílias e seus problemas, mas altamente significativo para o equilíbrio, estabilidade e dinâmica familiar, com reflexos na coesão familiar e na rentabilidade laboral e social;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

→ Refutou, por último, ” *Coimbra não é um parente pobre em Portugal ou uma cidade de vida desgraçada como alguns lhe querem imputar*”, era, sim, mais uma vez, um exemplo de aplicação de boas práticas em saúde, em que a Autarquia zelava pelos cidadãos e cooperava com as instituições de saúde.

Intervenção do Presidente da Assembleia:

→ Deu por concluído o período de intervenções antecedente e solicitou, de imediato, permissão para que a discussão conjunta dos *Pontos 3, 4 e 5*, dos *Pontos 6 e 7*, e dos *Pontos 9 e 10*, com votações separadas e discussão individual dos demais.

3. Mapa de Fluxos de Caixa de 2020 e incorporação do Saldo de Gerência de 2020 no Orçamento da Câmara Municipal de 2021;

4. Revisão ao Orçamento de 2021 nº 1 (Modificação aos Documentos Previsionais nº 2/2021) da Câmara Municipal de Coimbra de 2021;

5. Proposta de 1ª alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Coimbra;

Intervenção do deputado municipal Júlio Gaudêncio (PSD): [\(áudio 11:03 a 19:45 minutos - 4ª gravação\)](#)

→ Informou que, face às várias intervenções no decorrer da Sessão da Assembleia, tinha duas notas que gostaria de apresentar: “*Antes de mais, não há dinheiro Portugal não tem dinheiro!*”. Apesar das muitas reivindicações, não existia capital. A dívida pública estava na ordem dos 270 mil milhões de euros,” *isto é um disparate efectuado pelo Partido Socialista nos últimos seis anos*”, os 20 e tal mil milhões de euros em cima da dívida de 2015 e o endividamento da economia atingia valores acima dos 700 mil milhões de euros. No Município de Coimbra “*ainda se faz porque o Orçamento está extraordinariamente empolado, mas a nível nacional é muito complicado*”;

→ Frisou que outro aspeto que gostaria de chamar a atenção era o seguinte: em Portugal, quem pagava os impostos eram os privados: trabalhadores, empresários, patrões, etc. eram eles que pagavam os impostos e não o Estado. O Estado gastava os impostos dos Portugueses, não gerava impostos. Quem pagava aqueles impostos para os investimentos que o Estado fazia, eram 5 milhões de Portugueses que trabalhavam. Mas, havia um milhão que eram funcionários públicos e desempregados, portanto, só ficavam com 4 milhões para trabalhar no privado. “*para pensarem, nos números e nos valores que estavam envolvidos*”;

→ O Partido Socialista, que liderava o Executivo Municipal, vinha solicitar à Assembleia Municipal a sua apreciação e votação para a incorporação do Saldo de Gerência de 2020, no valor de 20 milhões de euros no Orçamento de 2021. Aquela decisão ia inflacionar, ainda mais, o Orçamento de 2021. Sem aquela operação, tinha sido aprovado com o valor de cerca de 163 milhões. Não podiam esquecer que já em 2020, o valor que tinha sido aprovado tinha sido de 150 milhões com um crescimento de mais de 50%, do qual ainda desconheciam a execução, pois ainda não tinham sido apresentadas as contas de gerência;

→ Assim, para 2021, com mais 20 milhões e depois da 1ª Revisão do Orçamento de 2021, tinham um orçamento global 170 milhões de euros, daí que a transferência do saldo de gerência de 2020 para 2021, Orçamento com “*valor estratosférico*”, cerca do dobro dos valores médios executados, quando comparado com os anteriores de gestão socialista que, em média, tinha um valor de 84,7 milhões de euros;

→ Questionou “*se os deputados, acreditavam que aquele orçamento era para cumprir? 170 milhões de euros! Quando há dois anos era de 100 milhões, só se houvesse obras fora de série!*” “O que constatavam, era que ao longo dos anos de gerência socialista e comunista, os impostos, “*com o IMI, á cabeça, as taxas e taxinhas, as licenças e as coimas, etc., etc. tinham sido um assalto fiscal aos cidadãos de Coimbra*”, sem retorno de investimentos, com uma “*execução média miserável de 45% dos valores previstos*”, nos últimos anos e nos bens e serviços, cada vez mais necessários à cidade e às freguesias, e que, por sua vez, se ia acumulando nos cofres da Câmara e dos bancos, sem uma finalidade objetiva e útil, para o concelho e os seus munícipes;

→ Dirigindo-se ao Presidente da Câmara disse: “*está na hora de aliviar a carga fiscal aos Conimbricenses. Há muitas formas de o fazer, para terem mais qualidade de vida e maior rendimento disponível*”. Não compreendia o que estava na mente do Partido Socialista, nem do Presidente Manuel Machado, para dar continuidade na elaboração de um Orçamento com aqueles “*valores estratosféricos*”, quer de 2020 quer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

para 2021, se os executados em anos anteriores, se tinham ficado pelos de 79 milhões de euros, na média, da sua gestão de 2014 a 2019, nas despesas totais;

- Mais disse que, analisando os Investimentos, tinha ficado pelos 17,5 milhões, em média, com 45% de execução. Valores, que eram “*um desastre de execução*” e que ficavam aquém, das necessidades de Coimbra, sendo um dos mais baixos, em termos “*per capita*”, no distrito;
- Pediu ao Presidente da Câmara que lhes dissesse quais os projetos que iriam ser executados em 2021. Perguntou se seriam: A Maternidade; A Estação Nova; O Apeadeiro Velho; O estacionamento nos HUC; O Aeroporto Internacional, quer fosse no antigo Aeródromo Bissaya Barreto, quer fosse numa região central da zona centro;
- Relativamente aos SMTUC, referiu que “*não vou falar no episódio do Ex- Vereador*”, como administrador dos SMTUC, porque só ele sabia quais as razões que o tinham levado, juntamente com os seus administradores, a aprovar os contratos que tinham sido feitos, mas era bom salientar, nomeadamente ao Vice -Presidente, que “*no melhor pano cai a nódoa*” e aquilo vinha a propósito da remissão às palavras que o mesmo tinha proferido no passado sobre a gestão da Administração quando tinha estado nos SMTUC;
- Lembrou que os SMTUC desempenhavam um papel importante para a população de Coimbra, que tinha um grave problema de gestão e um grave problema de recursos. Os passageiros apenas pagavam cerca de 50% das receitas dos SMTUC, o que implicava que o Município, através da Câmara Municipal, subsidiasse os restantes custos dos serviços municipalizados. “*Por outro lado, sabe-se que nem toda a gente quer andar de autocarro*”.
- Concluiu afirmando que “*os Socialistas e os Comunistas têm de se convencer que as pessoas têm liberdade de andar de carro, de bicicleta ou de mota, etc.*”. E, por isso, viam os autocarros em muitas horas, sistematicamente, vazios. “*Não é para fechar os SMTUC, é sim para criar novas condições de acesso para os seus utilizadores.*” Não era com aqueles autocarros com 50 ou 60 lugares. Podia ser uma carrinha com sete ou oito lugares ou um táxi. Ficava muito mais barato ao Município se tivesse, um número significativo de táxis, “*mas com certeza podiam dar-lhe outro nome*”, para ir buscar as pessoas às Freguesias ou às localidades e ficava muito mais barato “*do que o autocarro andar ali a circular e a consumir combustível, a criar alterações climáticas, tendo em conta o que já se falou aqui, também, prejudicando o clima e outras coisas mais*”.

Intervenção da deputada municipal Helena Mendes (CDS): [\(áudio 20:47 a 25:17 minutos - 4ª gravação\)](#)

- Informou que o Executivo Camarário lhes propunha, a integração do Saldo de Gerência de 2020 no Orçamento para 2021. “*São 20 milhões de euros, o valor da incompetência do executivo. 20 milhões de euros não aplicados, num concelho cada vez mais degradado e incapaz de ambicionar, de planear e, sobretudo, de fazer. São 20 milhões de euros que sobram da falta de apoio aos munícipes afectados pelos efeitos da pandemia em 2020. São 20 milhões de euros que teriam ajudado muitas famílias, se a preocupação do Executivo Camarário se centrasse efectivamente nas pessoas*”. Em ano de eleições, era particularmente perturbador que se dispusesse de uma verba tão avultada para incorporar num orçamento apresentado há 3 meses e, sobretudo, que o reforço de dotações se fizesse preferencialmente em “*outros*”, sem especificar que medidas concretas que estivessem definidas no âmbito do principal fundamento para a incorporação do saldo de gerência, que era o de “*assegurar o equilíbrio financeiro das autarquias*”, face à necessidade de “*medidas excepcionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARSCoV-2*”;
- Informou que, para o CDS, era incompreensível que, após um ano de pandemia, o Executivo Camarário “*ainda não seja capaz*” de identificar, com rigor, as medidas concretas de resposta à situação pandémica e optasse pela “*inscrição de reforço de verbas*” ao invés de transferências do Orçamento Geral do Estado para os SMTUC ou aquisição de livros de fichas para distribuir, gratuitamente, a todos os alunos dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos no próximo ano letivo, “*única medida que pode ser considerada de apoio às famílias, mas apenas àquelas que têm filhos em idade escolar nos três primeiros ciclos*”. Medidas mais abrangentes, de efectivo apoio equitativo às famílias, como a redução temporária das tarifas da água e do saneamento ou a devolução de IRS tinham sido rejeitadas pelo Executivo, cuja opção “*claramente*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- eleitoral, foi reservar um montante que ronda os 10 milhões de euros inscrito em outros, fugindo à fiscalização e ao escrutínio político daquela Assembleia e dos municípios em geral”;*
- Considerando a razão que sustentava a proposta de revisão do orçamento, repetiu, *“medidas excepcionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARSCoV-2 não encontramos”*: No que respeitava às empresas e ao apoio aos pequenos empresários, *“nem uma palavra, nem uma medida específica”*; *“A cultura é ignorada”*; *“A Acção Social não está contemplada e a Carta Social continua a ser considerada, pelo Executivo, como uma desnecessidade”*. Para que aquela Assembleia pudesse exercer cabalmente as competências que lhe estavam atribuídas, solicitavam ao Presidente da Câmara que os elucidasse sobre como tencionava aplicar os cerca de 10 milhões de euros que tinha abrigado em *“outros”* e o fizesse com o maior rigor e com a maior transparência possíveis, porque só assim poderiam confiar que a campanha eleitoral ainda não estava em curso e que a razão que sustentava a revisão do orçamento que lhes era proposta era real. Se não fosse capaz de o fazer, não teriam condições de votar a favor daquela revisão orçamental, como não tinham tido relativamente ao orçamento de 2020 e de 2021, nos quais já haviam identificado opções erradas, algumas das quais resultavam naquele *“absolutamente incompreensível Saldo de Gerência a transitar para outros em véspera de eleições”*;
 - Concluiu afirmando que Coimbra precisava de quem a cuidasse e de quem gerisse, com competência, os recursos de que dispunha. Precisava de políticas públicas que se traduzissem na efectiva melhoria da vida das pessoas; de uma *“visão que alcance mais do que os 4 anos dos ciclos eleitorais”*; de transparência nas decisões e de ambição; *“de responsáveis que assumam as suas responsabilidades e que não se refugiem no ‘não sabia’ no ‘não vi’ e em muitos casos até, no ‘não estava lá’, como acontece com a, incompreensivelmente ainda em funções, administração dos SMTUC.*

Intervenção do deputado municipal Nunes da Silva (SC): [\(áudio 25:48 a 26:49 minutos - 4ª gravação\)](#)

- Esclareceu que o motivo pelo qual o seu Grupo Político iria votar contra o *Ponto 4*, era porque entendiam que as transferências que o Executivo vinha fazendo para as freguesias, não se concretizavam ou eram manifestamente insuficientes;
- Relembrou ainda que havia pouco tempo que na Assembleia Municipal se tinha votado, por unanimidade, a transferência de 10% para as freguesias, mas, *“estranhamente, tinham sido esquecidas”*.

Intervenção da deputada municipal Ângela Correia (PS): [\(áudio 27:35 a 32:32 minutos - 4ª gravação\)](#)

- Informou que em Setembro de 2019, não muito longe de se imaginar a crise sanitária que iria assolar o mundo, na *“Semana de Mobilidade Europeia”*, a Câmara Municipal tinha apresentado o investimento de cerca de 1 milhão de euros, já consignados, para a realização da obra de requalificação da Calçada de Santa Isabel e espaços adjacentes de modo a oferecer uma melhor acessibilidade e também segurança pedonal, às pessoas que ali residiam, mas, de igual modo, a quem visitava aquele conjunto arquitectónico e religioso inserido no vasto conjunto que Santa Clara oferecia. A obra, como tinha sido referido pelo Presidente da Câmara na altura, poderia estar sujeita a alguma demora na sua execução pois, poderiam ter *“surpresas a nível geotécnico e arqueológico”*, o que tinha vindo a verificar. Assim, a obra esteve sujeita a uma paragem para trabalhos arqueológicos, para tomarem as medidas necessárias de estudo para apurar a importância histórica local e da cidade;
- A referida obra vinha permitir maior comodidade no estacionamento dos autocarros e movimentação pedonal, dando ao turismo religioso que estava a ter um incremento significativo quer pelos peregrinos que faziam os *“Caminhos de Santiago”* quer pelos vários percursos de visita aos espaços monásticos e santuários religiosos, mas também um maior conforto na qualidade de vida dos habitantes de Santa Clara, como era exemplo a saída da Padroeira do Mosteiro de Santa Clara-a-Nova, a Rainha Santa Isabel. Com as obras de beneficiação daqueles espaços, sabiam que a sua próxima visita à margem direita do Mondego, na difícil missão de quem transportava o seu andor, seria realizada com mais conforto e facilidade;
- Estavam certos de que, com os investimentos que a Câmara Municipal tinha feito em Santa Clara, iriam permitir um desenvolvimento sustentável àquele território que era já uma realidade que muito lhe aprazia ali realçar;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Disse que não podia deixar de registar o receio de uma certa oposição, nas obras de beneficiação que a cidade estava a ser sujeita porque *“se não faziam obras é porque a cidade e a Câmara Municipal estava inactiva, portanto não provoca o desenvolvimento de Coimbra, se fazemos obras numa altura de pandemia é porque Câmara Municipal estava a esbanjar dinheiro quando muitas famílias passam fome”* e, dirigindo-se ao Deputado Municipal Francisco Rodeiro afirmou que *“de certeza se esqueceu da avultada verba que a Câmara Municipal tinha canalizado para a área social.”* Verificava que a oposição ao Executivo da Câmara Municipal Socialista, tinha um *“desnorte enorme porque não sabem o que querem para os destinos do concelho de Coimbra”* e, citando António Guterres afirmou *“é da vida”*;
- Terminou afirmando que também não podia deixar de *“denunciar com repúdio as afirmações ali feitas de que os trabalhadores da função pública não trabalhavam nem pagavam impostos. Na política não vale tudo para tirar dividendos”*, era uma afronta aos trabalhadores da saúde que eram funcionários públicos e que, na altura de pandemia, tinham sofrido e tinham dado o seu melhor à população de Portugal. *“Isto é inadmissível”*.

Intervenção do Presidente da Câmara:

- Apelou a economia de processo e sugeriu que o Presidente da Assembleia cedesse a palavra aos deputados municipais de forma ao próprio intervir no fim explicando que *“lógico seria intervir ou no princípio ou no fim, a função aqui de um membro da Assembleia é diferente da função de Presidente da Câmara.”*

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 34:22 a 40:16 minutos - 4ª gravação\)](#)

- Apresentou o Deputado Júlio Gaudêncio enquanto economista com participação em cargos de responsabilidade em empresas municipais e do Estado *“com apreciações totalmente anticientíficas, como é que continua a reflectir sobre o volume de cobrança do IMI que resulta da aplicação de metodologias criadas por um governo seu, do seu partido e que levou a apreciações da CDU, creio que em 2010 o Senhor Deputado era membro desta Assembleia Municipal e lembrar-se-á que o seu partido votou contra propostas de descidas percentuais”*;
- Reportou que as leituras entre 2003 e 2009 retratavam que o IMI pago pelos Conimbricenses tinha subido 82,33% e a receita tinha aumentado de 11,394 milhões de euros para 20,755 milhões de euros em anos em que o seu partido tinha a maioria na Câmara com o Presidente Carlos Encarnação e João Paulo Barbosa de Melo;
- Dirigiu-se ao Deputado Municipal Júlio Gaudêncio e afirmou *“o Senhor era membro da Assembleia do Município e o Senhor ouviu isto e, apesar de a CDU fazer uma proposta de redução, o Senhor votou contra e manteve o IMI nas taxas mais elevadas. Haja no mínimo a seriedade intelectual de reconhecer que foi por causa da CDU que a taxa de IMI durante os últimos 20 anos veio a ser reduzida e aí, o PSD normalmente de uma forma oportunista, coloca-se agora, confundir aumento de receita proveniente de um imposto sendo que a taxa é constante e imputando a responsabilidade ao município. O Senhor sabe que a taxa é pré-determinada legalmente e já está nos mínimos legais, este Município não tem competências para baixar mais”*;
- Questionou que soluções sugeria concretamente, advertindo para a distinção entre carga fiscal e taxas municipais, porque aquelas destinavam-se a pagar serviços enquanto os impostos financiavam o funcionamento da Câmara;
- Rematou, por fim, *“por causa das opções do seu partido enquanto governo nunca foi possível às autarquias deliberar sobre matéria fiscal (...) é uma responsabilidade vossa, assumam!”*

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 40:50 a 45:38 minutos - 4ª gravação\)](#)

- Interveio caracterizando *“a intervenção escandalizante do Senhor Deputado Gaudêncio com falta de honestidade política que perpassa o PSD e toda a direita”*;
- Contrapôs a intervenção de Júlio Gaudêncio dizendo *“o Executivo Municipal tem plena consciência de que a manta é curta, se a puxa de um lado, descobre do outro. Saber fazer escolhas é saber a melhor maneira de aplicar e servir os conimbricenses e a cidade”*;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Corrigiu o Deputado Pinto Ângelo dizendo que Gaudêncio era deputado “*não só em 2010, mas também em 2012 e aprovou o orçamento para 2013*”. Avançou que o valor do Orçamento de 2013 era de 140 milhões de euros. E questionou a posição do Deputado Municipal, quase 8 anos depois, relativamente a um Orçamento de 170 milhões, mesmo sabendo a transferência dos Fundos Europeus reivindicados pelo Executivo. Quando Júlio Gaudêncio era membro da Assembleia “*vínhamos aqui em quase todas elas aprovar empréstimos a curto, médio e longo prazo para financiar perdas para o turismo que tiveram de encerrar por entrar em falência. Pareceres, pedidos aqui e acolá! Foi assim que se gastou o dinheiro, foi assim que se endividou*”;
- Imputou a recuperação do endividamento à actual Câmara de Coimbra e denunciou a falta de legitimidade a quem” com *aqueles empréstimos veem agora falar em baixar impostos? Não se pode baixar mais! A coligação de direita, na altura, colocou as taxas máximas!*”. Disse que o Executivo Camarário tinha baixado, de imediato, o preço da água e não mais o tinha subido, que o IMI tinha baixado ao limite mínimo não mais tinha subido, que o preço dos transportes se mantinha como os tinham deixado passado 8 anos, “*mas com uma diferença fundamental vocês deixaram os transportes em falência técnica*”;
- Questionou “*então o Senhor não sabe que o Apeadeiro Velho é da Administração Central?*”. As verbas do Município eram aproveitadas nas obras no Município, incluindo as verbas para a maternidade, para o estacionamento dos HUC, para o Aeroporto Internacional, que poderia vir a ser executado pela CIM. Concluindo afirmou, “*Nós não estamos a fazer hoje, em Coimbra! Fizemos hoje, ontem e anteontem! É isso que está a ser feito*”

Intervenção do Presidente da Câmara:

- Informou que era uma “*Proposta de Revisão Orçamental*” por existirem saldos transitados. Reconheceu que os documentos eram extensos e exaustivos “*pretendia apenas dar o contributo para clarificar*” o que fosse útil e alguma informação complementar aos documentos entregues, relativos aos Mapa de Fluxos de Caixa ou ao Saldo de Gerência transitado de 2020;
- Destacou que o reforço líquido que apresentava era ligeiramente superior a 5 milhões de euros e que se encontravam alocados aos seguintes objectivos e programas: cerca de 1 milhão de euros em planeamento e reabilitação urbana, realçando operações sobre imóveis porque tinha surgido o “*Sistema de Informação Cadastral Simplificado*” para os prédios rústicos, assumindo o desafio de fazer o registo cadastral em todo o território rústico do conselho, matéria que ainda se encontrava em discussão para fazer aquele desiderato, há muito tempo esperada, a reforma dos registos cadastrais no país;
- Apresentou outra componente no mesmo âmbito, a recolha selectiva de resíduos urbanos biológicos. Almejava concretizar o projecto com financiamento complementar por parte do POSEUR, remetendo para as questões suscitadas sobre o tema. Anunciou outra acção que não estava prevista, o compromisso entre a Câmara de Coimbra e a Fundação Calouste Gulbenkian, chegando a forma de escritura, os terrenos do Penedo da Saudade e que por “*acção, distração ou esquecimento, não sei...*” tinha feito questão de determinar que fosse incluída no projecto de Revisão Orçamental na primeira oportunidade porque tinha sido um compromisso assumido pela Câmara Municipal que se interligava com a Quinta dos Galões, o Penedo da Saudade e na prática o Liceu D. Maria. “*Todo aquele terreno que ali está precisa de ser tratado, trabalhado e temos de honrar aquilo que foi assumido por antecessores meus relativamente a esta matéria*”. A Câmara Municipal devia ser honrada nos seus compromissos e uma instituição duradoura, “*mais-valia que a instituição autárquica tem, essa importância de honrar compromissos*”;
- Outra componente, era relativa aos desportos náuticos no Parque Verde na margem esquerda e obras relevantes, a Requalificação do Largo da Sé Velha e a Requalificação da Circulação Pedonal entre a Universidade e o Arco da Almedina;
- No âmbito do desenvolvimento socioeconómico e da coesão territorial estavam alocados mais de 1,5 milhões de euros para operações que estavam a decorrer e outras a lançar. Destacou a refuncionalização do Mercado D. Pedro V, as acessibilidades de vias estruturantes e complementares, designadamente, a ligação da Circular Externa ao Monte formoso para reduzir a pressão automóvel sobre o nó da Casa do Sal, bem como a ligação da Circular Externa da Rotunda de “*nenhures*” para a Rotunda base do Hospital



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Pediátrico, compromisso assumido anteriormente pela Câmara Municipal. Tinha sido adoptado pelas últimas reuniões do Executivo que devia garantir o acesso ao Hospital Pediátrico e também à zona limítrofe do Hospital HUC;

- Também destinado à requalificação do pavimento, ouçamos os presidentes da junta de freguesia que estavam à espera da decisão ao longo do tempo e só agora era possível dar-lhes resposta em termos financeiros
- Sublinhou a disponibilidade financeira para, se necessário, haver condições de financiamento complementar às Comissões Sociais de Freguesia. Só depois do apuramento, até ao dia 5 ou 15 de Abril. *“Em Coimbra ninguém ficará a precisar de passar fome”*. Na colaboração com as escolas e com as Comissões Sociais de Freguesia resolver-se-ia o problema logo que surgisse. Com as *“miniférias”* das escolas iam continuar com o regime de *“take- a-way”* para que as pessoas que precisassem *“vão de forma digna, de forma respeitada como estão habituados a ir buscar as suas refeições”*. O material para os complexos desportivos, como era sabido durante aquele período, era evitável o uso de equipamentos desportivos na generalidade, logo que a pandemia abrandasse até o *“o desporto vai ser feito com maior intensidade”*;
- Informou que o Orçamento para 2021 permitia auxiliar em 170 milhões de euros, um acréscimo correspondente a 4,88%, face ao orçamento inicialmente aprovado, contrapondo as críticas da anterior sessão *“em como tínhamos sido demasiado parcimoniosos”* e criado um *“superavit demasiado alto”* transitado no exercício do último ano, *“30 milhões de euros se estou recordado se não tivéssemos tido esse cuidado hoje estaríamos em enormes dificuldades não teríamos sequer dotação ou disponibilidade orçamental porque os gastos directamente associados à pandemia já tinham logrado mais de 6 milhões de euros”*. *“Também fazemos questão de aguentar até ao limite das nossas forças porque a pandemia é um problema do governo? Claro que é! Do Presidente da República? Claro que é! Mas é também das autarquias e dos autarcas não desistimos de reclamara a justa repartição dos financiamentos europeus que virão no âmbito da designada bazuca”*. Logo que se aplicasse iam ressarcir as despesas que o Município tinha vindo a fazer, *“mas venha ou não venha, venha mais cedo ou mais tarde não podemos adiar é o apoio às pessoas que precisam por necessidades elementares que têm de ser apoiadas não podemos regatear o apoio à autoridade de saúde local ou à CES ou RS ou outras entidades, disponibilizando gratuitamente o Pavilhão Mário Mexia. Não queremos regatear esse esforço também não regateamos o dispêndio que temos para transportar as pessoas que precisam de ser vacinadas e precisam de transporte especial, através dos SMTUC estamos em situações de fazer um serviço bem feito, de qualidade e com mais profissionais “e digo isto observando no concreto “próximos das pessoas correndo grandes riscos e os nossos profissionais têm tido a coragem de o fazer de forma digna sem queixume, “obviamente que podiam ser melhores condições, mas têm feito muitíssimo bem”*.

3. Mapa de Fluxos de Caixa de 2020 e incorporação do Saldo de Gerência de 2020 no Orçamento da Câmara Municipal de 2021;

Deliberação nº 2/2021

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou, *por maioria*, com 37 votos a favor (23-PS; 8-PSD; 5-CDU; 1-PPM), 3 votos contra (CDS-PP) e 9 abstenções (6-SC; 2-CpC; 1-MPT) e sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 22 de Fevereiro, nos termos da alínea 1), do nº 2, do artº 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, **aprovar o Mapa de Fluxos de Caixa 2020 e incorporação do Saldo de Gerência de 2020, no montante de 20.205.565,83€, no Orçamento da Câmara Municipal de Coimbra de 2021.**

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

4. Revisão nº 1 ao Orçamento da Câmara Municipal de Coimbra de 2021 (Modificação aos Documentos Previsionais nº 2/2021);

Deliberação nº 3/2021

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou, *por maioria*, com 23 votos a favor (PS), 16 votos contra (6-PSD; 5-SC; 3-CDS-PP; 1-MPT; 1-PPM) e 11 abstenções (3-PSD; 6-CDU; 2-CpC) e sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 22 de Fevereiro, nos termos da alínea a), do nº 1, do artº 25º, do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, *aprovar*, a *Revisão nº 1 ao Orçamento da Câmara Municipal de Coimbra de 2021, no valor total de 21.202.809,93€ de reforços e de 13.910.423,00€ de anulações no Orçamento da Receita e de 8.537.524,83€ de reforços e de 1.245.138,00€ de anulações no Orçamento da Despesa, totalizando o Orçamento 2021 o valor de 170.022.386,83€.*

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

5. Proposta de 1ª alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Coimbra;

Deliberação nº 4/2021

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou, *por unanimidade*, sob proposta da Câmara Municipal datada de 22 de Fevereiro, *aprovar* a **Proposta de 1ª alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Coimbra para o ano 2021**, nos termos da alínea o), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Declaração de voto do deputado municipal João Campos (PSD): [\(áudio 04:11 a 04:33 minutos - 5ª gravação\)](#)

→ Justificou que o Executivo da União de Freguesias de Coimbra tinha decidido não votar a favor o *Ponto 3* e o *Ponto 4*, porque, no actual mandato autárquico 2017-2021, a Câmara Municipal de Coimbra “já deve à União de Freguesias de Coimbra mais de 400 mil euros naquilo que são os contratos interadministrativos de obra, até ver a união de freguesias de Coimbra recebeu zero deste mandato”.

Declaração de voto do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 05:00 a 05:22 minutos - 5ª gravação\)](#)

→ Anunciou que “*a bem do rigor e da verdade*” propunha-se a fazer uma correcção relativamente à intervenção do Deputado Júlio Gaudêncio “*efectivamente a data que eu disse não era Deputado Municipal, visto que tinha suspenso o seu mandato porque era administrador dos SMTUC, altura em que nós sabemos de que é que os SMTUC andavam cheios e repletos e era gente a correr para entrar nos SMTUC*”.

6. Mapa de Fluxos de Caixa de 2020 e incorporação do Saldo de Gerência de 2020 no Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra de 2021;

7. 1ª Revisão ao Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes de Coimbra de 2021;

Intervenção do deputado municipal João Campos (PSD): [\(áudio 06:24 a 11:29 minutos - 5ª gravação\)](#)

→ Utilizou o *Ponto 7* para abordar assuntos que tinha deixado pendentes, nomeadamente os SMTUC e a Linha 5T cujo ponto de horário tinha sido feito sem consultar a população ou conversar com a União de Freguesias de Coimbra e especificou que o Ponto de Paragem tinha sido alterado para a Rua Rainha Santa Isabel, quando antigamente se fazia no Largo S. Simão, no centro da Pedrulha .Os habitantes da Pedrulha estariam, assim, “*15 minutos à espera ou saem e fazem aqueles 500m, às vezes, 1km a pé.*” Reforçou insatisfação perante a resposta da Vereadora Regina Bento dizendo “*não satisfaz os nossos fregueses*”;

→ Abordou a limpeza da área da União de Freguesias de Coimbra “*que nos foi retirada arbitrária e unilateralmente em 2018, continua caótica* “. Tomou de exemplo o email recebido no próprio dia de uma senhora que vivia no Rego de Bomfim e dizia “*venho expressar a minha indignação pelo estado em que se encontra a rua, tanto a limpeza das bermas que são autênticos arbustos que tombam para a estrada é vergonhoso como o acesso ,(…) cortaram a estrada e os moradores que precisam de levar os bens de primeira necessidade, como gás e outros e é praticamente impossível levar transporte para perto de casa. Peço-vos que resolvam a situação o mais breve possível* “. A situação do Rego do Bomfim arrastava-se há muitos anos, pelo menos quando eu cheguei já era uma situação que existia. É dividido por duas freguesias, do lado direito quem desce, é Santo António dos Olivais do lado esquerdo, quem desce, é União das Freguesias de Coimbra (...) faz parte dos 80% da área que nos foi retirada “;

→ Convidou os Deputados Municipais a visitar Coselhas, Pedrulha, junto aos Campos do Bolão “*para verem o que é que é limpeza e depois vão à zona da Conchada para verem o que é que não é limpeza*”;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Retomou a questão dos acessos, assumindo que, a par do Presidente da Junta de Santo António dos Olivais, tinham reiteradamente afirmado a importância de se concretizar *“inclusive eu soube que o Presidente da Junta de Santo António dos Olivais foi convidado para ir a uma visita àquele espaço e o Presidente da União de Freguesias de Coimbra não foi convidado o que é protocolarmente repetido por esta Câmara” (...)* *“obras fazem-se mas não se conversa com o Presidente da União de Freguesias”*;
- Concluiu afirmando que: *“A obra a ser desenvolvida na zona do Arnado é importante, mas é mais uma daquelas obras em que se tivessem conversado com o presidente da União de Freguesias de Coimbra se tivessem conversado com os comerciantes não estariam neste momento com a revolta com que estão, que não têm acesso aquela zona”(…)* *“os comerciantes daquela zona terem as ruas fechadas e não terem alternativas porque não se discutiram alternativas”*.

Intervenção do Presidente da Câmara:

- Dirigiu-se ao Deputado João Campos declarando *“para ser claro e conciso aquilo que o Senhor fez publicar sobre o horário dos autocarros no Largo de S. Simão na Pedrulha é absolutamente falso, os horários são cumpridos exactamente como eram anteriormente, portanto o Senhor está a disseminar fake news”*;
- Aludiu ao assunto das inaugurações dizendo *“para ir visitar as obras nem imagina o horário de trabalho que tinha de fazer (...) ainda hoje, o José Mário tem os caminhos a serem feitos e vão de um lado do concelho ao outro, veem de Cernache, atravessam Coimbra, passam em Santa Clara e vão até à Adémia. São começadas de um lado e, neste caso, foi um sortudo porque já tem o passeio mais adiantado à porta dele. Um dos troços do caminho é a Calçada de Santa Teresa, aqui ao lado, e que está a ser complicada de fazer. Arranjamos uma empresa que claudicou e continua a obra a fazer-se, consabidamente, muito difícil. Com alguns riscos porque a natureza do solo é difícil, mas já está a ser feita e isso integra as obras que eu visito todos os dias. Começo ali à porta do Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara, passei lá às 8:30 da manhã”*;
- Contrapôs os horários dos SMTUC, informando que os horários em sua posse estavam 5 minutos adiantados relativamente aos praticados no centro da Pedrulha, *“de modo a passarem no mesmo local sensivelmente no mesmo horário que tinham anteriormente e, assim, não sendo ninguém prejudicado”*.

6. Mapa de Fluxos de Caixa de 2020 e incorporação do Saldo de Gerência de 2020 no Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra de 2021;

Deliberação nº 5/2021

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou, *por maioria*, com 40 votos a favor (23-PS; 8-PSD; 6-CDU; 2-CpC; 1-PPM) e 9 abstenções (5-SC; 3-CDS-PP; 1-MPT), sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 22 de Fevereiro, nos termos da alínea l), do nº 2 do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, **aprovar, o Mapa de Fluxos de Caixa de 2020 e a incorporação do Saldo de Gerência de 2020, no montante de 178.134,08€ no Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra de 2021.**

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

7. 1ª Revisão ao Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes de Coimbra de 2021;

Deliberação nº 6/2021

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou, *por maioria*, com 40 votos a favor (23-PS; 8-PSD; 6-CDU; 2-CpC; 1-PPM) e 10 abstenções (1-PSD; 5-SC; 3-CDS-PP; 1-MPT) e sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 22 de Fevereiro, nos termos da alínea a), do nº 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, **aprovar, a 1ª Revisão ao Orçamento de 2021 dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra respeitante a um acréscimo no Orçamento da Receita e da Despesa para 2021, no valor de 1.971.319,78€.**

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

8. Proposta de aprovação do “Pacto de Cidade- consenso político relativo à Candidatura Coimbra Capital Europeia da Cultura de 2027”;

Intervenção do Presidente da Câmara:

- Interveio “*apenas para destacar e sublinhar a importância deste documento*” para que o “*Pacto de Cidade*” tivesse um consenso político relativo à Candidatura de Coimbra a “*Capital Europeia da Cultura*”, identificando como essencial o que estava escrito no documento que tinha sido partilhado por todos e que merecia ser conhecido;
- Destacou o trabalho do Grupo de Trabalho da Candidatura de Coimbra a “*Capital Europeia da Cultura*” pela capacidade técnica de trabalhar, de inovação e articulação “*desde o princípio que afirmamos que (...) o que nos interessa é the day after, o dia seguinte, não é apenas o happening*”;
- Perante a Assembleia Municipal “*enalteço o trabalho e os contributos relevantíssimos não só da Vereadora Carina, mas também do Dr. António Pedro Pita, da Dr^a Cristina Robalo Cordeiro, de Luís de Matos, do Dr. Luís Menezes, dos Deputados Municipais Manuel Rocha e Nuno Freitas e quero agradecer em nome do Município o trabalho que têm feito*”;
- Comparou o trabalho feito noutras preparações de candidaturas, onde era visível, na equipa de Coimbra, “*uma conduta coerente, diversa, ampla, franca e isto é um dos elementos fundamentais para o vencimento deste desafio, para beneficiar mesmo a cidade e o país*”;
- Reafirmou o espírito de abertura e de congregação, uma vez aberto o aviso de apresentação das candidaturas. Existia um conjunto de requisitos de especial relevância para os que, de forma isenta, iriam avaliar o processo de candidatura. Para a obtenção de uma boa avaliação destacou o consenso político na Câmara Municipal que tinha sido aprovado, mas também na Assembleia Municipal “*será uma marca complementar que reforçará a capacidade de competição e de organização da Capital Europeia da Cultura em Coimbra em 2027*”, apresentada até ao dia 23 de Novembro de 2021;
- Garantiu que com o trabalho que estava a ser desenvolvido estavam em “*boas condições de merecer ganhar a candidatura, com esta matriz de abertura, de humanismo, de compreensão, em síntese, de Cultura*”.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): [\(áudio 23:12 a 25:50 minutos - 5ª gravação\)](#)

- Declarou que, apesar de não estar mandatado, mas sim na qualidade de membro do Grupo de Trabalho informava que aquele documento tinha a importância de ser um objecto de resposta da candidatura a um conjunto de questões que eram promovidas e colocadas, quer pela Comissão Europeia quer pelo Ministério da Cultura Portuguesa. Tratava-se, na base, de uma resposta àquelas questões;
- Informou que, posteriormente, tinham sido mobilizados alguns instrumentos, entre os quais, o Conselho Municipal da Cultura, um órgão essencial do Município, para que pudesse ser discutido o documento junto de todos os membros do Conselho e pudessem ser incorporadas sugestões chegassem ao Grupo de Trabalho, afirmando que todas as sugestões tinham sido integralmente incorporadas. Aquele documento pretendia ser um “*espelho democrático*” daquilo que era um contributo da cidadania, um contributo dos agentes culturais e dos eleitos municipais nos diversos planos do Município, no sentido de fornecer confiança em que, a candidatura, que tinha nascido na Assembleia Municipal de Coimbra cumprisse o seu papel de uma candidatura ganhadora, tanto pelo facto de Coimbra ser do ponto de vista histórico e patrimonial uma cidade essencial da cultura portuguesa, mas também, pelo facto de acolherem na cidade um conjunto muito vasto de criadores culturais nos diversos planos, profissionais, amadores, institucionais, em todos os níveis. A cultura era um pólo essencial de desenvolvimento do Município, mas o que mais importava era o desenvolvimento do Município;
- Concluiu informando que a sua intervenção era “*apenas um pequeno contributo encontro-me à disposição para qualquer esclarecimento naquilo que possa ser útil*”.

Intervenção da deputada municipal Clara Moura (SC): [\(áudio 26:25 a 29:14 minutos - 5ª gravação\)](#)

- Um “*Pacto da Cidade*” correspondia afirmativamente a todas as questões elencadas pelo convite do Ministério da Cultura na submissão de candidaturas “*não é, certamente, suficiente nem garantia de uma*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

candidatura vencedora”. Da leitura do texto, sobressaia exaustivamente a centralidade da Universidade, mas eram parcas ou inexistentes as referências aos meios e modos de incentivar, promover e enriquecer o nível cultural da cidade e da região, contrariando as assimetrias e a pobreza cultural, quer na produção quer na fruição da cultura;

- Continuavam a acreditar, como tinham afirmado desde a primeira hora, numa candidatura que parte do existente, realçando aquilo que a cidade tinha de melhor, o património de conhecimento e cultura acumulado ao longo da sua história, para projectar o futuro, transformando a cidade e o território em que estava implantada num pólo atractivo em que a cultura, nas suas dimensões plurais e democráticas, se afirmasse como núcleo central da sua identidade;
- Informou que um Pacto daquela natureza, importaria deixar registada a vontade de envolver as pessoas com o fenómeno cultural, a todos os níveis e na sua maior abrangência. Privilegiando mais a intervenção urbana através da requalificação de equipamentos e espaços culturais, bem como a acção da cultura na vida das pessoas do que eventos de grande alcance e estrelato;
- Concretizando o que tinha acabado de enunciar, chamou à atenção para a necessidade de, no que se referia a equipamentos culturais, investir, antes de mais, em projectos nos quais já tinha havido investimento, mas que esperavam por finalização como eram o Centro Cívico do Ingote - Projecto de Carrilho da Graça; Centro cultural da Relvinha - anteprojecto de João Mendes Ribeiro;
- Terminou afirmando que importava também investir nos Centros Recreativos e Culturais espalhados pelas diversas localidades periféricas que se encontravam em estado de degradação e que em vez de incentivar as populações a frequentá-las e a propor actividades culturais, levavam ao seu afastamento. Sem pôr em causa a necessidade de qualificar campos de futebol, distribuindo relvados sintéticos, por que não investir agora naqueles equipamentos que beneficiariam certamente um maior número de munícipes.

Intervenção da deputada municipal Ana Martins (CDS): [\(áudio 29:53 a 33:12 minutos - 5ª gravação\)](#)

- A Candidatura de Coimbra a *“Capital Europeia da Cultura”* devia servir como um ponto de viragem para a cidade. *“É na cultura que vemos espelhados os nossos valores: vemos o que somos, exploramos a nossa origem, as nossas bases e as nossas raízes. Vemos o que somos, mas também o que queremos ser. O Município, como actor principal, deve fazer um diagnóstico real: Onde estão? O que temos O que precisamos, como, quando, onde e porquê?”*;
- Informou que tinha sido apresentado aos deputados municipais um documento com respostas a um conjunto de perguntas fundamentais para *“levar a bom porto esta candidatura”*. Estavam patentes a confiança, a certeza de que tinham o necessário e que teriam forma de responder ao que lhes faltava. No CDS, acreditavam que, enquanto cidade carregada de sonho e tradição, tinham o potencial para conseguir atingir o objetivo. No entanto, a motivação não chegava. Tinham de pensar seriamente no que os distinguiu: qual a sua vantagem face às outras candidaturas? Porque devia Coimbra ser escolhida? Quanto àquelas perguntas, o grupo municipal do CDS tinha muitas dúvidas. Não chegava pensar que eram a cidade ideal para acolher o reconhecimento *“pelas nossas características históricas, patrimoniais, culturais e sociais e pelo facto de sermos património mundial da Unesco”*. Tinham de reconhecer que havia muito para fazer;
- Mais informou que não podiam deixar de se preocupar pela estagnação que se vivia naquela cidade; Não podiam deixar de se preocupar *“com a constante teimosia em não apostar devidamente no investimento privado, na adaptação à digitalização, dando os apoios necessários para o desenvolvimento”*; Não podiam deixar de se preocupar com o *“hábito que se criou com este Executivo em deixar tudo para a última”*. Tinham o exemplo dos EUSA Games, onde a cidade não tinha apostado devidamente na sua publicitação, *“esquecendo-se de envolver os cidadãos de forma conveniente e enleadora como tal evento merecia. Não podemos correr o risco de deixar que isto aconteça novamente”*;
- Viviam num tempo em que a diferença se marcava com a inovação, com o *“pensar mais à frente. E isso, infelizmente, não abunda por estes lados”*. Uma candidatura daquele nível e com a responsabilidade e peso que tinha não podia esgotar-se num reconhecimento internacional, *“num prémio por bom comportamento”*;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Lembrou que tinha iniciado a sua intervenção, dizendo que devia servir “*como ponto de viragem deixando para trás os velhos hábitos e marcando o início de uma nova forma de olhar a cidade*”, investindo nela, adaptando aos novos desafios e tempos; modernizar e tornar Coimbra na cidade cultural e aberta à Europa e ao Mundo. Aproveitar aquela candidatura para se focarem em prol do que os unia: “*a nossa Coimbra, que tudo tem para ser capital do Mundo. No entanto, falta quase tudo*”;
- Terminou afirmando que “*Coimbra contará, claramente, com o CDS para que esta candidatura seja efectivada. Aqui estaremos prontos a ajudar e a fiscalizar o seu desenvolvimento*”. Votariam favoravelmente aquele ponto da ordem de trabalhos, mas deixavam a nota de que “*o caminho que temos pela frente será duro. O tempo é-nos favorável, não deixaremos, portanto, que seja um impedimento*”.

Intervenção da deputada municipal Isabel Garcia (PS): [\(áudio 34:01 a 40:43 minutos - 5ª gravação\)](#)

- Situou a Assembleia no mês de Março, o mês em que se comemorava o “*Dia da Mulher*”, em que começava a Primavera, em que se comemorava o “*Dia Mundial da Árvore e da Floresta*”, o “*Dia Mundial da Água*” e o “*Dia Internacional da Poesia*”. Um mês com efemérides e “*celebrações no feminino*”. Naquela continuidade, “*do feminino*”, queria falar-lhes de Cultura: da Candidatura de “*Coimbra Capital Europeia da Cultura 2027*”. Assim, começava por manifestar o seu regozijo por todo o trabalho e realizações que tinham sido desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho, responsável por aquela candidatura, em consonância e com o apoio da Câmara Municipal de Coimbra. Para aquela candidatura ser a mais polivalente e inclusiva, tinha sido criado o “*Conselho Municipal da Cultura de Coimbra*”, um órgão consultivo, que integrava todos os agentes culturais e associativos da cidade. Naquele âmbito, também estava a ser proposta a aprovação do “*Pacto de Cidade*”, um consenso político relativo à candidatura de Coimbra a “*Capital Europeia da Cultura*”;
- Mais informou que no que respeitava ao “*Conselho Municipal da Cultura de Coimbra*” já tinham sido realizadas 2 reuniões plenárias, por videoconferência, com cerca de 100 participantes, tendo sido apresentada a metodologia para a construção do plano estratégico. Tinham vindo a ser desenvolvidas, no âmbito desta candidatura, tinham sido feitos contactos com os vários agentes culturais, contactos com todas as Câmaras da CIM – Região de Coimbra, que os apoiavam. Das actividades que tinham vindo a ser realizadas passou a enumerar algumas: “*webinars*” semanais, tendo-se já sido concretizadas 41 sessões e alargado a discussão sobre cultura a personalidades nacionais, algumas de dimensão internacional; tinha sido feita a montagem do “*Semestre Europeu*”: 6 meses de programação no Convento São Francisco, a acompanhar a Presidência Portuguesa da Europa, onde todos os países da União Europeia estavam representados, quer através de acolhimento de artistas de cada um dos países, quer de parcerias com artistas nacionais. Todas as Embaixadas reuniram, aderiram e apoiaram a ideia. Coimbra era assim, durante 6 meses, “*palco da diversidade e das culturas europeias*”; estavam a ser montados vários projectos nacionais e internacionais em áreas diversificadas da cultura. Tinham já sido realizados 5 encontros com cidades portuguesas que se iriam candidatar, três deles em Coimbra, em Faro e em Leiria. Em Coimbra, tinham sido organizados, entre outros, um encontro de “*cidades europeias geminadas*”, já tinham sido capitais: Santiago de Compostela, Salamanca, Aix-en-Provence, e uma outra em fase de seleção: Esch-sur-Alzette. O “*Fórum C*”, o primeiro fórum internacional organizado em Coimbra no âmbito da capital, em que tinham participado várias cidades que já tinham sido capitais: Marselha, Mons, tendo também participado o responsável pela estratégia de comunicação de Guimarães “*Capital Europeia da Cultura em 2012*”. Tinham sido realizados 2 encontros via *Zoom*, com todas as cidades da Letónia que estavam a candidatar-se e seriam capitais ao mesmo tempo que Coimbra, em 2027. Internacionalmente tinham sido feitas visitas a várias cidades internacionais, que tinham sido capitais da cultura ou estavam a ser. Participaram num seminário europeu para cidades candidatas, em Wroclaw, Polónia, que tinha sido “*Capital Europeia da Cultura em 2016*”. Também tinha sido realizado um encontro de elementos do grupo de trabalho com representantes das cidades que tinham sido capitais europeias da cultura: Berlin, Copenhague, Helsínquia, Cracóvia, Vilnius, Esse, Tallinn e Riga. Considerando que, como se pretendia que o processo de candidatura de Coimbra a “*Capital Europeia da Cultura*” fosse o mais inclusivo, envolvente, participado e transparente possível; fosse um processo estimulante, agregador e mobilizador, como tinha referido o Presidente da Câmara,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

e que envolveria as mais vastas expectativas de reunir os mais alargados consensos, pretendia-se que aquela candidatura orgulhasse e unisse a cidade.

- Terminou dizendo que o “*Pacto de Cidade*”, um consenso político, num esforço conjunto, era fundamental para aquela candidatura e uma mais-valia também para o país e para a cidade, contribuindo para a sua sustentabilidade, para a união e para a diversidade. Deixou o seu reconhecimento por todo o esforço e actividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho e pela Câmara Municipal de Coimbra, com o contributo de todos. “*Estamos esperançados e confiantes, porque a estratégia cultural de Coimbra não é só para o presente, nem para o amanhã, nem só para 2027, era para perdurar*”. Reforçou o que já tinha sido dito pelo Deputado Municipal Manuel Rocha e pelo Presidente da Câmara, apelava, conjuntamente, à aprovação do “*Pacto de Cidade*” proposto.

Intervenção do deputado municipal João Campos (PSD): [\(áudio 41:18 a 43:50 minutos - 5ª gravação\)](#)

- Reflectiu “*os consensos políticos não podem ser feitos no papel, têm de ser conseguidos pelos actos*” e enquanto representante da União de Freguesias de Coimbra, reportou que a sua Freguesia não tinha sido ouvida e que “*e não basta dizer que foi ouvido o Conselho Municipal da Cultura em que estão representadas as Juntas de Freguesia, como disse atrás nada sei sobre o que se passa no Conselho Municipal de Cultura, outros Conselhos Municipais ou nas Comissões onde as Juntas de Freguesia têm representação*”;
- Enfatizou a importância da auscultação das 31 freguesias do Concelho no âmbito do consenso político;
- Declarou que o seu voto ia ser favorável e acrescentou que a União de Freguesias de Coimbra tinha sido a única convidada da Região Centro, pelo IPC, a participar num projecto de “*procriação da EMOL*”, empresa finlandesa, fazendo menção à cultura da cidade de Coimbra através de uma aplicação que permitisse que os turistas que chegados a Coimbra pudessem estar ao corrente do que acontecia na cidade em tempo real.

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PSD): [\(áudio 44:15 a 48:32 minutos - 5ª gravação\)](#)

- Apreciou as intervenções das Deputadas Municipais do CDS e do CpC “*talvez pelas antípodas do espectro político representam o que se pretende com uma Capital Europeia da Cultura é um facto, o elogio da diversidade*”;
- Relevou a perspectiva crítica e mais exigente sobre o que se esperava de Coimbra, resultado de críticas pontuais incisivas ou até estruturais sobre o modo como entendiam valências importantes na área ambiental, na requalificação urbana nas políticas culturais da promoção da uma discussão melhor debatida e novo enfoque se Coimbra de facto quisesse aquela cidade que representava Portugal em 2027 como “*Capital Europeia da Cultura*” *discussão permanente perspectivas críticas sobre a capitalidade da Cultura indispensáveis ao próprio processo e serão, portanto, muito bem vindas*”;
- Informou que a representação de Portugal que estava decidida ia ser avaliada externamente pela Comissão Europeia, os peritos internacionais e europeus com história patrimonial elevada, com registos na área científica, educacional, cultural da criação artística de elevadíssima qualidade “*vamos competir com Évora, Ponta Delgada e Funchal, Faro e Oeiras*” com um investimento de 400 milhões de euros na candidatura, Braga que tinha sido eleita uma das cidades com melhor qualidade de vida;
- Apontou concluindo o consenso político como estrategicamente muito importante, enquanto afirmação política da cidade, para pelo menos integrasse as três cidades que a Comissão iria, posteriormente, avaliar.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:

- Disse que, como era do conhecimento de todos, aquela iniciativa de alpendorar e de projectar Coimbra em relação à Candidatura de Coimbra a “*Capital Europeia da Cultura 2027*” tinha nascido naquela Assembleia Municipal. Pensava não estar errado. Não tinha a certeza se não teria nascido directamente da força do Partido Socialista que representava. A Câmara Municipal não lhe levaria a mal de estar a lembrar aquele facto. A Câmara Municipal tinha feito o seu belíssimo trabalho por ter conseguido em matéria da cultural, onde a diversidade era a natureza das coisas, onde a própria cultura era diversidade, ter conseguido um consenso sem “*esmagar*” nada, nem ninguém, era de facto algo que começava a definir a razão pela qual Coimbra poderia ser “*Capital Europeia da Cultura 2027*”;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- A cultura era diversidade e optimismo e teriam que a aceitar e, ainda bem. Era o resultado de uma dinâmica de vontade, de uma dinâmica de entusiasmo e de uma dinâmica de acreditar em Coimbra. O consenso que se tinha organizado na Câmara Municipal era a vitória do optimismo contra o pessimismo, era a vitória do futuro contra o passado, era a vitória da crença contra a descrença;
- A Comissão tinha feito um ótimo trabalho, a Câmara Municipal estava numa posição privilegiada e deveria ser louvada por ter conseguido criar uma Comissão que tinha criado aquela dinâmica que os tinha trazido até ali;
- Entendia que poderiam fechar com chave de ouro se a instituição municipal que tinha lançado aquela ideia, aquele grande desafio, em que no princípio poucos acordavam fosse capaz de o fechar na base da “partilha do destino comum”. Não falava em consenso, mas sim da ideia da “partilha do destino comum” por ser também a partilha da diversidade.

8. Proposta de aprovação do “Pacto de Cidade - consenso político relativo à Candidatura Coimbra Capital Europeia da Cultura de 2027”;

Deliberação nº 7/2021

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou, por *unanimidade*, e sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 22 de Março, nos termos da alínea k), do nº 2, do artº 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, *aprovar, a Proposta do “Pacto de Cidade consenso político relativo à Candidatura Capital Europeia da Cultura de 2027”*

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Declaração de voto do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 52:54 a 53:31 minutos - 5ª gravação\)](#)

- Questionou-se se seria de carácter regimental a sua iniciativa, “*mas quem dedica com tanto empenho, com tanto entusiasmo e com tanto mérito e promove a partilha desse consenso comum*” era merecedor de ânimo através de um *Voto Louvor* que, naqueles termos, promovesse a Candidatura de Coimbra a “*Capital Europeia da Cultura 2027*”.

Intervenção do Presidente da Assembleia:

- Entendia que era mais que justo e mais que objectivo, aquele voto de louvor. Estava completamente de acordo e tinha a honra de propor um “*voto de aplauso, de louvor e de congratulação*” a uma Comissão que tinha conseguido fazer o caminho que já tinha feito, esperando que continuasse a fazê-lo ainda com mais profundidade e que os levasse ao destino.

Intervenção do Presidente da Câmara:

- Recorreu a “*uma referencial síntese perfeitamente aplicável*”, nas palavras de Eduardo Lourenço “*mais importante do que o destino é a viagem*” e inferiu que era o escopo a que se propunha o Executivo rematando “*esse é caminho que estamos a fazer, obviamente, que quem faz a viagem nem sempre é felicitado pelo caminho percorrido*”.

Intervenção do Presidente da Assembleia:

- Inquiriu a Assembleia acerca da possibilidade de uma deliberação no sentido de “*saudar, honrar e congratular*” o trabalho feito pela Comissão de Trabalho.

Intervenção da deputada municipal Graça Simões (CpC): [\(áudio 50:10 a 55:44 minutos - 5ª gravação\)](#)

- Refutou a formalidade, assegurando que não estava em casa o louvor e o trabalho, mas antes a assumpção de que “*temos aqui dois deputados que vão votar em causa própria*”. Apontou como “*desnecessário este ritual*” e rematou “*o louvor vai ser conseguirmos ser, de facto, Capital Europeia da Cultura, é a nossa opinião*”.

Intervenção do Presidente da Assembleia:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Informou que os Deputados Municipais que integravam a Comissão de Trabalho participavam enquanto “*pessoas que têm, perante a cidade, um percurso, uma imagem, um património ou colaboraram com um património que merecem estar onde estão*”;
- Conjecturou que aquando do “*voto de congratulação e esperança do seu trabalho (...) com certeza que se absterão*”;
- Instou no pedido de *voto de congratulação pelo excelente trabalho que esta Comissão fez até agora e de esperança em relação ao que vai fazer no futuro*”.

Aprovado por unanimidade o voto de congratulação à Comissão de Trabalho da Candidatura de Coimbra a “Capital Europeia da Cultura de 2027”

9. Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na União das Freguesias de Trouxemil e Torre de Vilela para o quadriénio de 2017 a 2021 - alteração ao valor das obras;

Intervenção do deputado municipal Rui Soares (SC): [\(áudio 58:12 da 5ª gravação a 01:20 minutos - 6ª gravação\)](#)

- Protestou o tempo cedido ao seu Grupo Político na última sessão, mostrando indignação face à postura do Presidente da Mesa relativamente à sua União de Freguesias;
- Abordou os transportes públicos para a zona Norte de Coimbra *questionando “onde é que a CDU estava quando fecharam a escola em 2017 e não arranjaram transportes para as crianças. 80 alunos foram para a Pampilhosa por falta de transportes”*;
- Dirigiu-se ao Vice-Presidente e ao Director do Urbanismo, reportando a situação de duas casas de investidor cuja licença de utilização ainda não tinham sido emitidas;
- Declarou, por fim, que o seu voto ia ser favorável no *Ponto* em discussão.

10. Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na União das Freguesias de Trouxemil e Torre de Vilela para o quadriénio de 2017 a 2021 - alteração ao valor das obras;

Deliberação nº 8/2021

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou, por *unanimidade*, e sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 8 de Março, nos termos da alínea k), do nº 1, do artº 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, *aprovar, o acréscimo do valor global do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a União das Freguesias de Trouxemil e Torre de Vilela*, passando o referido contrato a totalizar o valor de 67.092,46€, para o quadriénio de 2017 a 2021 - *Requalificação da Rua da Junqueira - Fornos - Trabalhos Complementares*.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

10. Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na União das Freguesias de Assafarge e Antanhol para o quadriénio de 2017 a 2021 - alteração ao valor das obras;

Deliberação nº 9/2021

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou, por *unanimidade*, e sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 25 de Maio de 2020, nos termos da alínea k), do nº 1, do artº 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, *aprovar, o acréscimo do valor global do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a União das Freguesias de Assafarge e Antanhol* passando o referido contrato a totalizar o valor de 71.183,61€, para o quadriénio de 2017 a 2021 - *Construção de passeio na Rua das Cruzes - Algar - Trabalhos Complementares*.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

11. 2ª Retificação da Declaração de Utilidade Pública - Zona 2 do processo de expropriação das parcelas necessárias à obra de construção do “Parque Tecnológico - 2ª Fase”;

Intervenção do Presidente da Câmara:

- Esclareceu que quando tinha sido desencadeada a primeira aprovação do *Plano de Pormenor* para a Zona do *IParque* tinha sido usada uma “*cartografia que nem sempre foi suficientemente rigorosa, era a tecnologia ao tempo*”. Avançou que era com o intuito de “*regularizar o conjunto de situações que*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

decorrem, essencialmente, de sucessão em heranças e maior exactidão dos terrenos” que apresentavam a proposta de deliberação.

Intervenção do deputado municipal Vítor Parola (PS): [\(áudio 05:11 a 08:07 minutos - 6ª gravação\)](#)

- Realçou “aspectos importantes que de um modo ou outro têm vindo a ser destorcidos” e relevou a importância e interesse do projecto, nomeadamente, as contas positivas do ano 2000 destacando, o *IParque* enquanto Empresa Municipal, classificada com o 7º lugar, como melhor resultado económico e 5ª empresa com maior redução do financiamento bancário;
- Reforçou que em 2019 se tinham verificado resultados positivos. Actualmente, os investimentos eram visíveis designadamente a construção das instalações da *Olympus*, da *Sanfil*, da *Tiz* e a ampliação da *CTVC*;
- Manifestou esperança da instalação “*Leonardo Da Vinci*” e do *Instituto Politécnico de Coimbra*“;
- Informou que apenas existiam 3 lotes livres como resultado demonstrativo da mais-valia do primeiro parque Coimbra “já com destinatários e compradores”;
- Apelou à aprovação da 2ª Rectificação “na procura da contínua valorização daquele espaço tão importante para Coimbra e para a nossa região”.

11 2ª Retificação da Declaração de Utilidade Pública - Zona 2 do processo de expropriação das parcelas necessárias à obra de construção do “Parque Tecnológico - 2ª Fase”;

Deliberação nº 10/2021

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou por *unanimidade*, e sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 11 de Janeiro, nos termos da alínea r), do nº 1, do artº 25º, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro e, do nº 2, do artº 14º, do Código das Expropriações, *aprovar*, a **2ª Rectificação da Declaração de Utilidade Pública - Zona 2 do processo de expropriação das parcelas denominadas por 193, 608, 609, 610, e 611 necessárias à obra de construção do “Parque Tecnológico - 2ª - Fase” e a Extinção dos efeitos da declaração de utilidade pública aprovada, emitida ao abrigo dos artigos 4º, 10º, 12º, 13º, 14º, 15º e 19º do CE, sobre o prédio sito em Feteira, Luís Manuel, inscrito na matriz predial rústica da União de Freguesias de Assafarge e Antanhol sob o artigo 2629º.**

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

12. Designação de um Arquitecto pela Assembleia Municipal para integrar o júri do “Prémio Municipal de Arquitectura Diogo Castilho – Edição 2020/2021”;

Intervenção do Presidente da Assembleia:

- Deu conhecimento de que tinha recebido uma nota de todos dos Grupos Políticos e dos Deputados Municipais que não constituíam Grupo Político, o MPT e PPM, informando a Mesa que eram unânimes em propor o nome do Arquitecto António José Monteiro para integrar o Júri do “Prémio Municipal de Arquitectura Diogo Castilho – Edição 2020/2021”.

Deliberação nº 11/2021

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou, *por unanimidade*, nos termos propostos pela Câmara Municipal em 22 de Março de 2021 e, sob proposta do Presidente desta Assembleia Municipal, acolhendo o consenso de todos os Líderes dos Grupos Políticos Municipais, *designar* o **Arquitecto António Monteiro** como seu representante no **Júri do Prémio Municipal de Arquitectura Diogo Castilho – Edição 2020/2021**, nos termos da alínea k), do nº 2, do artº 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

13. Designação do Revisor Oficial de Contas da Câmara Municipal de Coimbra e Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (Concurso limitado por prévia qualificação nº 1/2020-Aquisição de Serviços de Auditoria Externa e de Revisão Legal de Contas);

Deliberação nº 12/2021



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou, por *unanimidade*, sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 22 de Março, nos termos da alínea k), do nº 2, do artº 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, **aprovar, a nomeação de LCA - Leal, Carreira & Associados, SROC., inscrito na ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o nº 65, como o auditor externo do Município de Coimbra e dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, para os exercícios económicos de 2021, 2022 e 2023.**

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

14. Projecto da Acta nº 4/2020 de 09/10/2020.

Deliberação nº 13/2021

A Assembleia Municipal deliberou, *por unanimidade*, **aprovar, a Acta nº 4/2020 de 09/10/2020.**

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Assinadas e aprovadas as deliberações por minuta e sendo vinte horas, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão.